

- 1- [ATAS](#)
 - 1.1- [23ª Reunião Ordinária de Debates](#)
 - 1.2- Reuniões Conjuntas da Mesa da Assembléia
 - 2- [ORDENS DO DIA](#)
 - 2.1- [Plenário](#)
 - 2.2- [Comissões](#)
 - 3- [EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO](#)
 - 3.1- Plenário
 - 4- [TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES](#)
 - 5- [PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES](#)
 - 6- [MATÉRIA ADMINISTRATIVA](#)
-

ATAS

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 5 DE JUNHO DE 1995

Presidência do Deputado Ibrahim Jacob

SUMÁRIO: ABERTURA - 1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE): 1ª Fase: Ata - Correspondência: Ofícios, telegramas e cartões - **Apresentação de Proposições:** Projeto de Lei nº 284/95 - **Comunicações:** Comunicação do Deputado Ermano Batista - **Oradores Inscritos:** Discurso do Deputado Alencar da Silveira Júnior - **2ª Fase:** Abertura de inscrições - Palavras do Sr. Presidente - Leitura de comunicação apresentada - **ENCERRAMENTO - ORDEM DO DIA.**

ABERTURA

- Às 20h15min, comparecem os Deputados:

Sebastião Navarro Vieira - Paulo Pettersen - Rêmoló Aloise - Ibrahim Jacob - Ermano Batista - Aílton Vilela - Alencar da Silveira Júnior - Almir Cardoso - Anivaldo Coelho - Bilac Pinto - Carlos Murta - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Geraldo Rezende - Gilmar Machado - Jairo Ataíde - João Leite - José Henrique - José Maria Barros - Kemil Kumaira - Marcelo Gonçalves - Marco Régis - Mauri Torres - Olinto Godinho - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Simão Pedro Toledo.

O Sr. Presidente (Deputado Ibrahim Jacob) - A lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, a Sra. 2ª-Secretária, para proceder à leitura da ata da reunião anterior. Na sua ausência, com a palavra, para fazê-lo, o Deputado João Leite.

1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE)

1ª Fase

Ata

- **O Deputado João Leite**, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- **O Deputado Ermano Batista**, 4º-Secretário, nas funções de 1º-Secretário, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Paulo Paiva, Ministro de Estado do Trabalho, acusando o recebimento das cópias do Regulamento das Audiências Públicas Regionais de 1995, do Relatório Geral das Audiências Públicas Regionais de 1994 e da Emenda à Constituição nº 12, promulgada por esta Casa.

Do Deputado Cacildo Vasconcelos, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, agradecendo a atenção que esta Casa dispensou à funcionária daquele órgão, Selene Costa de Souza, com o objetivo de instruí-la a respeito de assuntos atinentes a treinamento e desenvolvimento funcional.

Do Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, comunicando a impossibilidade de seu

comparecimento às audiências públicas realizadas por esta Assembléia.

Do Sr. Abelardo Teixeira Nunes, Procurador de Justiça, encaminhando à Casa cópia do parecer do Dr. Giovanni Mansur Solha Pantuzzo, Assessor Especial do referido órgão, mediante o qual analisa o relatório final da CPI desta Assembléia, constituída para investigação dos fatores determinantes do cálculo das tarifas, da exploração dos transportes intermunicipais pelas concessionárias e do direito de exploração pela ADTER do Terminal Rodoviário de Belo Horizonte. (- À CPI dos Transportes Intermunicipais.)

Do Sr. José Aldro Luiz de Oliveira, Chefe de Gabinete da Secretaria do Planejamento e Coordenação do Estado do Ceará, agradecendo convite formulado ao titular daquela Pasta para participar da audiência pública realizada em Varginha, e comunicando que, na impossibilidade de seu comparecimento, aquela Secretaria será representada no evento pelos técnicos Fátima Coelho Benevides Falcão e José Rafael Neto.

Do Sr. Marcelo Meira Bhering, Diretor da Superintendência de Finanças da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, encaminhando demonstrativos da disponibilidade do Fundo para a Infância e Adolescência. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Victor Motta, Diretor Regional do SENAI-MG, encaminhando o relatório das principais atividades desenvolvidas pelo SENAI-MG em 1994.

Do Sr. Félix de Sousa Araújo Sobrinho, Secretário do Legislativo da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, solicitando o envio a seu gabinete do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, que está em tramitação nesta Casa, para que sirva de subsídio a estudo comparativo das diferentes propostas estaduais para a LDO.

Da Sra. Maria da Conceição B. Elias, representante da Regional Sul no Colegiado de Diretores, solicitando o apoio dos parlamentares mineiros para que se faça cumprir a Constituição, no que se refere à isonomia salarial, e se restabeleça o pagamento do pró-labore aos diretores de escolas estaduais de educação especial, uma vez que eles ocupam cargos comissionados. (- À Comissão de Educação.)

TELEGRAMAS

Do Sr. Eduardo Azeredo, Governador do Estado (2), informando, em atenção ao pedido feito pelo Deputado Gil Pereira por meio do Requerimento nº 219/95, que o assunto foi encaminhado à Secretaria de Recursos Minerais, para exame; e, em resposta às solicitações feitas pelo Deputado Kemil Kumaira por meio dos Requerimentos nºs 181 e 204/95, que os pedidos foram encaminhados à CEMIG e à COPASA-MG, respectivamente, para exame.

Do Sr. Ivandro Cunha Lima, Deputado Federal, agradecendo o envio de cópia do regulamento das audiências públicas regionais e o convite para participar dos eventos.

Dos Srs. Bonifácio de Andrada, Deputado Federal, e Luiz André Rico Vicente, Presidente da AÇOMINAS, agradecendo o convite para participar da reunião especial em homenagem ao Senador Darcy Ribeiro.

CARTÕES

Do Sr. José Ribeiro dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de São José da Safira, participando a eleição e a constituição da Mesa daquela Casa para o biênio 1995-1996.

Dos Srs. Geraldo Resende, Superintendente Regional do INCRA em Minas Gerais; Christiano Augusto B. Canêdo, Secretário Adjunto da Saúde, e Fábio Eugênio Ferreira Lima, Secretário Adjunto da Habitação, agradecendo o convite para participar da reunião especial em homenagem ao Senador Darcy Ribeiro.

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para a 1ª fase do Pequeno Expediente.

Apresentação de Proposições

- Nesta oportunidade, é encaminhada à Mesa a seguinte proposição:

PROJETO DE LEI Nº 284/95

Dispõe sobre a publicação das declarações de bens que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Serão publicadas no diário oficial do Estado as declarações de que tratam as Leis nºs 1.515, de 15 de dezembro de 1956, e 10.048, de 26 de dezembro de 1989.

§ 1º - A publicação referida neste artigo será efetuada em até 15 (quinze) dias contados de sua apresentação.

§ 2º - Constarão na publicação a identificação do cartório mencionado no § 1º e a garantia estabelecida no § 4º do art. 1º da Lei nº 1.515, de 15 de dezembro de 1956.

Art. 2º - As declarações dos atuais ocupantes dos cargos referidos nas leis mencionadas no "caput" do art. 1º serão publicadas em até 30 (trinta) dias contados da publicação desta lei.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o § 6º do art. 1º da Lei nº 1.515, de 15 de dezembro de 1956.

Sala das Reuniões, 31 de maio de 1995.

Marcos Helênio

Justificação: As leis mencionadas no presente projeto tratam de declaração de bens de cidadãos no exercício de cargos públicos ou de agentes políticos e têm a intenção clara de dar publicidade ao patrimônio dessas pessoas. O pressuposto, no caso, é o direito que a população tem de conhecer a relação existente entre a riqueza e as funções de seus representantes. Esse é um legítimo direito do público.

Entendemos, todavia, que as garantias de que cuida a citada legislação são um tanto quanto tímidas, merecendo publicidade mais ampla. Assim é que, prevendo a publicação das referidas declarações de bens no "Minas Gerais", intentamos proporcionar maior amplitude ao direito erigido pelo legislador de 1956. Trata-se, pois, de medida que, embora simples, terá longo alcance, na medida em que dará à sociedade conhecimento mais amplo de seus representantes e principais dirigentes.

Tendo em vista a relevância do projeto ora em pauta, contamos com o pleno apoio desta Casa para sua aprovação.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 195, c/c o art. 103, do Regimento Interno.

COMUNICAÇÕES

- É também encaminhada à Mesa comunicação do Deputado Ermano Batista.

Oradores Inscritos

- O **Deputado Alencar da Silveira Júnior** profere discurso, que será publicado em outra edição.

2ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Não havendo outros oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª fase do Pequeno Expediente, compreendendo a leitura de comunicações e pronunciamentos de Líderes inscritos. Estão abertas as inscrições para o expediente da próxima reunião ordinária.

Palavras do Sr. Presidente

Esta Presidência dá conhecimento ao Plenário do documento enviado ao Exmo. Sr. Presidente da República, pelo Presidente da Casa, Deputado Agostinho Patrús, com relação ao projeto de reformulação da CEF, veiculado pela imprensa, o qual vem em detrimento dos interesses de Minas. (- Lê:)

*"Senhor Presidente,

Minas são várias, na sua geografia, na sua economia e na sua expressão cultural.

Entretanto, Minas é uma e indivisível no seu espírito e no seu povo, sempre se rebelando como um todo quando sobre ela pairam ameaças de descaracterização de sua unidade.

E é essa unidade na diversidade o traço de sustentação do perfil dialético de Minas e de sua gente.

Por ser assim têm causado estranheza notícias veiculadas de um projeto de reforma administrativa na Caixa Econômica Federal, loteando nosso Estado entre Superintendências localizadas em outras unidades da Federação.

A inspiração de um projeto como esse se alicerça numa ideologia tecnocrática, que cultua e cultiva apenas números, cifras e cálculos, ideologia essa largamente praticada ao longo do século, cuja falácia vem sendo paulatinamente demonstrada pelos recentes fatos históricos. Sua falência está diretamente relacionada a uma visão estritamente racionalista e não dialética das relações entre os indivíduos, os grupos e os povos.

Fosse apenas a Caixa Econômica Federal uma instituição financeira, uma reforma administrativa como a que se noticia até poderia ser defensável. Mas a Caixa, pelos seus objetivos e sua história, é também, e principalmente, instrumento de ação de governo, especialmente de implementação de políticas na área social.

Eis porque, Senhor Presidente, esta Casa expressa a Vossa Excelência a convicção de que um projeto como esse jamais prosperará no bojo de um governo que tem a marca da sensibilidade e competência política no trato das questões que emergem de nossa realidade.

É pois, imbuídos dessa convicção que nos dirigimos a Vossa Excelência, fazendo coro ao nosso Governador Eduardo Azeredo e aos membros de nossa bancada federal, para que, o mais rápido possível, possam dissipar-se tais dúvidas, que, inquestionavelmente, têm prejudicado a imagem da Caixa em nosso Estado e a confiança de nosso povo em Vossa Excelência.

Certos da elevada compreensão de Vossa Excelência, firmamo-nos com a manifestação de alto apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

Deputado Agostinho Patrús."

* - Publicado de acordo com o texto original.

Leitura de Comunicação Apresentada

- A seguir, a Presidência dá ciência ao Plenário da comunicação apresentada nesta reunião pelo Deputado Ermano Batista - falecimento do Sr. João Ferreira da Rocha, em Mantena (Ciente. Oficie-se.).

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - Não havendo outras comunicações a serem lidas, Líderes inscritos nem oradores para o Grande Expediente, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária deliberativa de amanhã, dia 6, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada pelo Sr. Presidente é a publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 5ª REUNIÃO CONJUNTA DA MESA DA ASSEMBLÉIA E DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às dez horas do dia vinte e um de março de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na sala 2 do 12º andar do Edifício Tiradentes, os Deputados Sebastião Navarro Vieira, Ibrahim Jacob, Wanderley Ávila, Maria José Haueisen e Antônio Júlio, membros da Mesa da Assembléia; Miguel Martini, Glycon Terra Pinto, Romeu Queiroz e Geraldo Rezende, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Verificando a existência de número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Navarro Vieira, declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. O Presidente informa que, nos termos do § 4º do art. 2º da Resolução nº 5.143, de 22/6/94, a reunião tem por finalidade apreciar os processos de prestação de conta da aplicação dos recursos oriundos de subvenções sociais. Logo após, passa a palavra ao relator, pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, Deputado Glycon Terra Pinto, que emite pareceres pela aprovação dos processos das seguintes entidades: Associação Comunitária Rural Amescla Bois, Fundação de Educação Artística, Federação Municipal de Associações de Moradores e Movimentos Populares de Iapu, Associação das Comunidades de Ibiaí, Associação de Ação Comunitária de Laurinha, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de São Caetano, Associação dos Pequenos Produtores e Trabalhadores Rurais de Aparecida, Coral Juvenal Alves Vilela, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Muriaé, Movimento de Proteção das Famílias da Comunidade do Pavão, Movimento de Representação Comunitária do Córrego Santa Luzia, Movimento de Representação Coletiva da Comunidade de Santa Izabel, Movimento de Representação Comunitária do Córrego do Barroso, Fundação de Educação Artística, Conselho Particular São Francisco de Assis da Sociedade São Vicente de Paulo de Caeté, Centro Assistencial de Saúde de Barra Longa, Grupo de Ação Comunitária Cristão, Associação Comunitária dos Amigos de Ibiraci, Prefeitura Municipal de Alpinópolis, Associação Beneficente do Bairro Porteira da Pedra, Ação Social São Pedro, Hospital e Santa Casa de Jacuí, Conselho Particular de Piumhi da S.S.V.P., Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Piumhi, Prefeitura Municipal de Juramento, Associação dos Moradores do Bairro São Geraldo e Jardim São Geraldo, Prefeitura Municipal de Claro dos Poções, Associação dos Moradores do Bairro São Geraldo e Jardim São Geraldo, Conselho Feminino de Ação Social, Associação dos Aposentados e Pensionistas de Montes Claros e Norte de Minas, Associação Comunitária O Pequeno Davi, Associação Comunitária de Riachinho, Irmandade Diocesana N. S. de Fátima de Montes Claros, Associação Comunitária de Pedras de Maria da Cruz, Associação Comunitária de Gameleira - AMSABEL -, Associação dos Moradores de São Benedito do Capivari, União de Promoção e Assistência Social Sandumonense, Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Santos Dumont, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Marruaz, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Manteiga, Associação de Moradores e Produtores Rurais de Posses, Prefeitura Municipal de Rodeiro, Associação dos Amigos e Moradores do Bairro de Lourdes, Associação Feminina do Bairro Casa Branca, Prefeitura Municipal de Soledade de Minas, Prefeitura Municipal de Soledade de Minas, Prefeitura Municipal de Soledade de Minas, Associação Feminina Comunitária Vista Alegre/Cabana, Associação Comunitária Santa Ana, Associação Comunitária Maná Ramos, Associação Feminina Bairro Casa Branca, Clube dos Pioneiros de Capitão Andrade, Associação Comunitária dos Moradores da Rua São Geraldo, Obra Social Beneficente da Igreja Missionária Cristo Voltará, Associação Muda Matozinhos, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Santana e Grupo de Vizinhança - CODESAN -, Centro de Desenvolvimento Comunitário de Lelivéldia, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Patrocínio, Asilo São Vicente de Patrocínio, Caixa Escolar Célia Lemos Borges, Congregação das Servas Reparadoras do Sagrado Coração de Jesus de Coromandel, Associação dos Amigos e Moradores do Bairro de Lourdes, Seara Espírita Irmã Scheyla, Fundação Filantrópica e Beneficente de Saúde Arnaldo G. Filho, Asilo Padre Augusto Horta, Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Canaã, Associação Beneficente Teixeiraense, Conselho Comunitário e Ação Social de Itutinga - CASI -, Sociedade Musical Lira Santa Rita, Ponte Preta Futebol Clube, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bambuí, Associação dos Proprietários e Moradores da Vila Maria Regina, Associação Comunitária do Bairro Rosário, Caixa

Escolar Desembargador Continentino, Associação Comunitária do Bairro das Graças, Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Hilda Vilaça de Abreu, Associação dos Moradores do Bairro São Geraldo, Associação Comunitária do Conjunto Sócrates Mariani Bittencourt, Clube de Mães do Bairro Sagrado Coração de Jesus, Lar da Criança, Prefeitura Municipal de Minduri, Creche Menino Jesus, Guarda Mirim de Ponte Nova, Associação Comunitária Bairro Bela Vista, Associação do Bairro Cruzeiro, Associação dos Moradores da Vila Divinésia e Adjacências, Grupo Folclórico Aruanda, Ipiranga Esporte Clube, Caixa Escolar Lana Neves Ladeira, Prefeitura Municipal de Viçosa, Prefeitura Municipal de Diogo de Vasconcelos, Prefeitura Municipal de Diogo de Vasconcelos, Associação Comunitária dos Bairros do Município de Luz, Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Dom Silvério, Associação Comunitária Champs Elysees, Seara Espírita Irmã Scheyla, Creche Dona Quita Tolentino, Associação dos Moradores da Comunidade do Retiro, Associação Comunitária do Bairro Serra do Luar, Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Dom Cirilo, Associação Comunitária de Assistência Social Paraopebense, Fundação José Peres, Associação Monsenhor Joaquim Dimas Guimarães, Fundação Comunitária Tricordiana de Educação, Associação Comunitária Beneficente Padre Arlindo, Hospital Evangélico de Carangola, Hospital Wilkson de Souza Meireles, Casa de Caridade de São Vicente de Paulo, Prefeitura Municipal de Abre Campo, Prefeitura Municipal de Guaraciaba, Guanabara Futebol Clube, Prefeitura Municipal de Desterro de Entre-Rios, Prefeitura Municipal de Santa Rita do Jacutinga, Associação Comunitária dos Agricultores e Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Gil, Prefeitura Municipal de Oliveira Fortes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pouso Alegre, Associação Comunitária Santa Ana, Ação Social Filadélfia, Associação de Promoção do Menor, Única Central das Associações de Moradores - UCAM -, Santa Casa de Misericórdia de Jacutinga, Grupo JUPAC - Juntos Unidos Para Ação Comunitária, Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Ouro Fino, Creche Comunitária Nosso Lar, Associação dos Moradores do Bairro São João, Conselho Comunitário do Distrito de Luminosa, Conselho de Desenvolvimento da Comunidade de Bom Sucesso, Única Central das Associações dos Moradores - UCAM -, Obra Unida Santa Luíza de Marilac da SSVP, Obras Unidas Santa Luíza de Marilac da SSVP, Única Central das Associações de Moradores - UCAM -, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ouro Fino, Conselho Comunitário do Bairro Can-Can, Obra Unida Santa Luíza de Marilac, Prefeitura Municipal de São João da Mata, Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural de Barreiro dos Francos, Sociedade Musical e Escola Pierre Theotônio da Silva, Núcleo Comunitário dos Amigos de Itaguara, Associação dos Deficientes Físicos de Cataguases, Associação dos Moradores do Bairro Leonardo, Associação Fraterna de Assistência aos Necessitados - AFAN -, Associação dos Moradores do Bairro Granjaria, Associação dos Moradores do Bairro Haidé Fajardo, Associação dos Moradores dos Bairros Dico Leite e Genserico, Associação dos Moradores do Bairro São Diniz, Associação dos Moradores do Bairro Vila Reis, Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC -, Caixa Escolar Pedro Rodrigues de Menezes, Associação Distrital Pró-Desenvolvimento de Extração, Associação Comunitária de Sopa, Associação Pró-Melhoramentos da Periferia de Presidente Juscelino, Serviço de Assistência Social Paroquial de Várzea da Palma, Prefeitura Municipal de Morro da Garça, Associação Comunitária do Bairro Bom Jesus, Associação Comunitária do Bairro Cardoso, Coro Vozes da Juventude, Creche Comunitária Tancredo Neves, Liga Municipal de Desportos de Várzea da Palma, Estrela Esporte Clube, Caixa Escolar Waldomiro Magalhães Pinto, Caixa Escolar Oswaldo Vicintim, Escola Municipal de Música José Evangelista, Associação dos Proprietários e Moradores do Distrito de Topázio, Associação de Prevenção e Combate ao Câncer - APRECC -, Associação Comunitária de Mata Verde, Associação Comunitária Bela Vista, Associação Comunitária Bela Vista, Associação Feminina Comunitária do Bairro Copacabana e Adjacências, Movimento de Recuperação de Vidas O Bom Samaritano, União dos Moradores da Vila Boa Vista, Associação Beneficente de Medina - ASBEME -, Associação das Vilas de Contagem. Submetidos a discussão e votação, são os pareceres aprovados. Em seguida, esses processos são apreciados pela Mesa, sendo relator da matéria o Deputado Wanderley Ávila, 1º-Vice-Presidente, que emite seus pareceres pela aprovação dos processos, os quais, submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros destas Comissões para a próxima reunião ordinária, determina que se lavre a ata e encerra os trabalhos.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 23 de março de 1995.

Agostinho Patrús, Presidente - Wanderley Ávila - Rêmoló Aloise - Maria José Haueisen - Antônio Júlio - Miguel Martini - Clêuber Carneiro - Geraldo Rezende - Romeu Queiroz.

ATA DA 10ª REUNIÃO CONJUNTA DA MESA DA ASSEMBLÉIA E DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às dez horas do dia dezoito de maio de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem

na sala 2 do 12º andar do Edifício Tiradentes os Deputados Sebastião Navarro Vieira, Wanderley Ávila, Ermano Batista, Maria José Hauelsen e Ibrahim Jacob, membros da Mesa da Assembléia; Miguel Martini, Clêuber Carneiro, Marcos Helênio e Geraldo Rezende, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Verificando a existência de número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Navarro Vieira, declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. O Presidente informa que, nos termos do § 4º do art. 2º da Resolução nº 5.143, de 22/6/94, a reunião tem por finalidade apreciar os processos de prestação de contas da aplicação dos recursos oriundos de subvenções sociais. Logo após, passa a palavra ao relator da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, Deputado Clêuber Carneiro, que emite pareceres pela aprovação dos processos das seguintes entidades: Associação de Apoio Comunitário do Bairro Canadá, Casa da Criança, Caixa Escolar Dr. Ordomundi Gomes Ferreira, Associação Comunitária de Água Comprida, Associação para o Desenvolvimento Comunitário do Bairro do Carmo, Clube de Idosos Amigos da Vila Oeste, Grupo de Mães Família Unida do Bairro 1º de Maio e Adjacências, APAE de São João Del-Rei, Associação Comunitária de Brumal, Associação Comunitária dos Moradores de Córrego do Barro, Caixa Escolar Zico Barbosa, Caixa Escolar Mírian Edilene dos Santos, Sociedade Civil Seminário Sagrado Coração de Jesus, Creche do Menino Deus, Conselho de Desenvolvimento de Caracóis de Cima, APAE de Cataguases, Associação de Proteção à Infância de Volta Grande, Associação Comunitária Vila São José, Caixa Escolar João Luiz Alves, Flamengo Futebol Clube, Lions Clube de Januária, Lions Clube de Januária, Centro Comunitário Rural de Catuti, Associação Comunitária de Várzea da Cruz, Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Goiabal, Mãe Paula, Genipapeiro e Fazenda Boa Vontade, Prefeitura Municipal de Manga, Serviço de Recuperação e Assistência Social, Caixa Escolar São Benedito da Escola Estadual Cel. José Martins, SSVP de Varginha, Associação Comunitária das Famílias de Coqueiral, Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro Nova Baden, Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro Nova Baden, Conselho Particular São Vicente Férrer da SSVP, Associação do Bairro Jardim Bela Vista, Prefeitura Municipal de Bonfinópolis de Minas, Associação dos Moradores dos Bairros Lagoinha e Jardim América, Domus Pro Orantibus, Prefeitura Municipal de Bonfinópolis de Minas, Buritis Esporte Clube, Sociedade de Amigos do Grupo Rosa Mística, Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Aventureiro, SSVP de Tabuleiro, Centro de Desenvolvimento Comunitário Artur Brier, Centro Infantil Municipal de Caeté, Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade, Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Distrito de Antunes, Associação de Assistência Social de Divinópolis, Centro Espírita Fé, Esperança e Caridade, Divulgação Espírita Cristã, Creche Menino Jesus, Associação de Moradores e Amigos da Grama, Conselho Comunitário do Desenvolvimento de Jaíba, Fundação de Aprendizagem e Desenvolvimento Social do Menor, Sport Club Aymores, Associação Comunitária Educacional de Belo Oriente, Associação Comunitária de Naque, Creche Comunitária Pingo de Gente, Associação Comunitária de Brumal, Movimento Mulher Marginalizada, Associação Comunitária do Distrito de São Cândido, Associação Antialcoólica do Município de Limeira do Oeste, Associação Cristã de Assistência aos Pobres, Sociedade Eunice Weaver de Uberaba, Creche Comunitária Maria Rosa de Oliveira, Potreiro Esporte Clube, Sociedade Legionárias do Bem, Associação do Bairro Parque São Geraldo, Grupo Espírita Caminheiros de Jesus, Associação Comunitária de São Vicente da Estrela, Associação Comunitária do Distrito de Pingo d'Água, SSVP de Carvalhópolis, Irmandade da Santa Casa de Caridade de Machado, Prefeitura Municipal de Monte Santo de Minas, Parque do Campo, Prefeitura Municipal de São Tiago, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Santana de Manhuaçu, Núcleo Assistencial Central de Santa Bárbara do Tugúrio, Núcleo Assistencial de Desenvolvimento Comunitário Padre Dante Maria Pozzi, Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro Caiçara, Associação Comunitária do Bairro Sagrada Família, Associação de Apoio Comunitário do Conjunto Habitacional Benjamin Pereira Baeta, Núcleo Assistencial Central de Santa Bárbara do Tugúrio, Associação de Desenvolvimento Comunitário de Poço Verde, Prefeitura Municipal de Jampruca, Prefeitura Municipal de Jampruca, Sociedade Musical Santa-ritense, Associação Comunitária dos Bairros Bela Vista e Kennedy, Associação Boas Novas, Conselho Particular São José do Calafate da SSVP, Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Santa Rita, Seara Espírita Irmã Scheyla, Associação Comunitária dos Moradores do Bairro José Adão e Camargos e Adjacências, APAE de Abre Campo, Prefeitura Municipal de Cataguases. Submetidos a discussão e votação, são os pareceres aprovados. Em seguida, esses processos são apreciados pela Mesa, sendo relatores da matéria os Deputados Wanderley Ávila, 1º-Vice-Presidente, e Ermano Batista, 4º-Secretário, que emitem seus pareceres pela aprovação dos processos, os quais, submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros destas Comissões para a próxima reunião ordinária, determina que se lave a ata e encerra os trabalhos.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 23 de maio de 1995.

Agostinho Patrús, Presidente - Wanderley Ávila - Antônio Júlio - Ibrahim Jacob - Maria José Haueisen - Miguel Martini - Clêuber Carneiro - Marcos Helênio - Romeu Queiroz.

ATA DA 11ª REUNIÃO CONJUNTA DA MESA DA ASSEMBLÉIA E DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às dez horas do dia vinte e três de maio de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na sala 2 do 12º andar do Edifício Tiradentes os Deputados Agostinho Patrús, Wanderley Ávila, Antônio Júlio, Ibrahim Jacob e Maria José Haueisen, membros da Mesa da Assembléia; Miguel Martini, Clêuber Carneiro, Marcos Helênio e Romeu Queiroz, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Verificando a existência de número regimental, o Presidente, Deputado Agostinho Patrús, declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. O Presidente informa que, nos termos do § 4º do art. 2º da Resolução nº 5.143, de 22/6/94, a reunião tem por finalidade apreciar os processos de prestações de contas da aplicação dos recursos oriundos de subvenções sociais. Logo após, passa a palavra ao relator pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, Deputado Clêuber Carneiro, que emite pareceres pela aprovação dos processos das seguintes entidades: Conselho Particular de Pains da SSVF, Instituto de Maternidade, Assistência à Infância e Policlínica de Barbacena, Prefeitura Municipal de São Brás do Suaçuí, Lar dos Meninos São Domingos - Obra Social, Associação dos Deficientes Físicos de Uberaba, Associação dos Paraplégicos de Uberlândia, Núcleo Assistencial do Limoeiro, Caixa Escolar Cônego Cesário, Núcleo Assistencial Central de Santa Bárbara do Tugúrio, Associação do Incentivo ao Pequeno Produtor de Santa Rita, Associação do Incentivo ao Pequeno Produtor de Santa Rita, Associação de Moradores e Amigos do Bairro Icaivera, Associação Filantrópica Anfrísio Coelho; Associação Mineira de Assistência aos Excepcionais; Associação Comunitária Santa Rita, Centro de Desenvolvimento Comunitário do Município de Carmo da Cachoeira, Obras Sociais da Pampulha, Associação Amigos de Palmópolis, COLMÉIA-Centro de Educação e Profissão, Associação Comunitária de Alegria, Prefeitura Municipal de Caratinga, Lira Nossa Senhora das Dores, Centro Infantil Mãe Chica, Conselho de Desenvolvimento do Rio do Peixe, Irmandade Nossa Senhora do Rosário de Virgem da Lapa, Jovens Católicos do São Francisco, Sociedade Amigas da Cultura, Cultura Artística de Minas Gerais, Prefeitura Municipal de Ervália, Prefeitura Municipal de Piranga, Cerâmica Futebol Clube, Caixa Escolar da Escola Estadual Conjunto Palmas, Prefeitura Municipal de Caetanópolis. Submetidos a discussão e votação, são os pareceres aprovados. Em seguida, esses processos são apreciados pela Mesa, sendo relator da matéria o Deputado Wanderley Ávila, 1º Vice-Presidente, que emite pareceres pela aprovação dos processos, os quais, submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros das Comissões para a próxima reunião ordinária, determina que se lavre a ata e encerra os trabalhos.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 1º de junho de 1995.

Rêmolo Aloise, Presidente - Wanderley Ávila - Ermano Batista - Antônio Júlio - Ibrahim Jacob - Romeu Queiroz - Clêuber Carneiro - Marcos Helênio - Alencar da Silveira Júnior.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 7/6/95

1ª Parte (Pequeno Expediente)

(das 14 às 15 horas)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15 às 16 horas)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população dos Distritos de Juvenília, Porto Agrário e Monte Rei, quanto à sua emancipação do Município de Manga.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de São João da Chapada, quanto à sua emancipação do Município de Diamantina.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Vila Pereira, quanto à sua emancipação do Município de Nanuque.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de São Brás de Minas, quanto à sua emancipação do Município de Lagamar.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Frei Gonzaga, quanto à sua emancipação do Município de Teófilo Otôni.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Duval de Barros, quanto à sua emancipação do Município de Ibitité.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população dos Distritos de Verdelândia e de Barreiro do Rio Verde, quanto à sua emancipação dos Municípios de Varzelândia e Janaúba.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população dos Distritos de Ponto dos Volantes e Santana do Araçuaí, quanto à sua emancipação do Município de Itinga.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população dos Distritos de Franciscópolis e Antônio Ferreira, quanto à sua emancipação do Município de Malacacheta.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Tocos do Moji, quanto à sua emancipação do Município de Borda da Mata.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Serranópolis, quanto à sua emancipação do Município de Porteirinha.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Santo Antônio do Manhuaçu, quanto à sua emancipação do Município de Caratinga.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população dos Distritos de Santa Bárbara do Monte Verde e São Sebastião do Barreado, quanto à sua emancipação do Município de Rio Preto.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de União, quanto à sua emancipação do Município de Iturama.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população dos Distritos de Catuti e Barreiro Branco, quanto à sua emancipação do Município de Mato Verde.

2ª Fase

(das 16 às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4/95, do Deputado Marcos Helênio, que concede às entidades que menciona o direito à utilização do espaço físico das unidades de ensino estaduais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Educação opina por sua aprovação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 30/95, do Deputado João Batista de Oliveira, que dispõe sobre a reserva de vagas e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiências. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 7/6/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Convidados: Sr. Afonso Henrique de Miranda Teixeira, representante da Promotoria de Defesa dos Direitos Humanos do Ministério Público de Minas Gerais, e Cel. Walter Lucas, Relações Públicas da PMMG, que irão debater e procurar soluções práticas para o problema da violência nos estádios de futebol.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 7/6/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos de Emancipação n°s 138/95, do Deputado Ajalmar Silva; 82/95, do Deputado Clêuber Carneiro; 18/95, do Deputado Dinis Pinheiro; 119/95, do Deputado Ermano Batista; 140 e 144/95, do Deputado Geraldo Santanna; 70/95, do Deputado Gil Pereira; 145/95, do Deputado Hely Tarquínio; 147/95, do Deputado Ivair Nogueira; 114/95, do Deputado Jairo Ataíde; 139, 153 e 155/95, do Deputado Romeu Queiroz; 123/95, do Deputado Ronaldo Vasconcellos; 146/95, do Deputado Sebastião Costa.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA ENERGÉTICA, HÍDRICA E MINERÁRIA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 7/6/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposição que dispensa a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento n° 437/95, do Deputado Dimas Rodrigues.

Convidado: Sr. João Paulo Correia e Mello, Gerente de Recursos Humanos, ou Sr. Antônio Francisco da Silva Tavares, Assessor-Chefe da Presidência, da FERTECO S.A, que prestará esclarecimentos sobre os processos de terceirização e T.Q.C. e sobre a demissão de funcionários nessa empresa.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA, NO PRAZO DE 60 DIAS, CONHECER, DEBATER, PROPOR E ACOMPANHAR TODAS AS AÇÕES DO GOVERNO FEDERAL DESENVOLVIDAS NO PROPOSTO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DA CIA. VALE DO RIO DOCE - CVRD -, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 8/6/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir o Dr. Wilson Brummer, Presidente da Companhia Aços Especiais Itabira - ACESITA.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 18 do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 20 horas do dia 7/6/95, destinada a homenagear a PMMG pela passagem dos seus 220 anos de existência, a requerimento do Deputado Sebastião Navarro Vieira e outros.

Palácio da Inconfidência, 6 de junho de 1995.

Agostinho Patrús, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

**PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI
Nº 9/95**

Comissão de Saúde e Ação Social

Relatório

Do Deputado Paulo Pettersen, o Projeto de Lei nº 9/95 visa a declarar de utilidade pública o Conselho Particular de Nova Era da Sociedade São Vicente de Paulo, com sede no Município de Nova Era.

Publicada, foi a proposição encaminhada, para exame preliminar, à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, apresentando a Emenda nº 1. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria para o 1º turno, nos termos do art. 104, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A instituição em análise tem-se mostrado de grande importância para a comunidade carente, uma vez que congrega esforços para a realização de obras de caridade cristã, diretamente ou através de conselhos particulares e conferências vicentinas a ela vinculados, destinando aos menos favorecidos abrigo, alimentação, vestuário e medicamentos.

Conclusão

Pelos motivos expostos, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 9/95 com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 5 de junho de 1995.

Luiz Antônio Zanto, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 166/95

Comissão de Saúde e Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Ronaldo Vasconcellos, o Projeto de Lei nº 166/95 visa a declarar de utilidade pública o Asilo São Vicente de Paulo, com sede no Município de São Pedro da União.

Publicada em 6/4/95, foi a proposição encaminhada, para exame preliminar, à Comissão de Constituição e Justiça, que não encontrou óbice de ordem jurídica à sua tramitação. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria no 1º turno, nos termos do art. 104, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Asilo São Vicente de Paulo é uma associação civil sem fins lucrativos, que tem por objetivo a prática da caridade cristã, por meio da assistência social e educativa à comunidade carente. Completa o seu trabalho beneficente com a doação de moradia aos necessitados e assistência aos idosos.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 166/95, no 1º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 5 de junho de 1995.

Jorge Eduardo de Oliveira, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 192/95

Comissão de Saúde e Ação Social

Relatório

O projeto de lei em análise, do Deputado Ajalmar Silva, tem por objetivo criar o Dia Estadual do Esteticista.

Examinada a proposição preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade e apresentou a Emenda nº 1, vem o projeto a esta Comissão para o 1º turno de deliberação conclusiva, nos termos regimentais.

Fundamentação

A valorização da estética, em todos os tempos, evidencia-se nas diversas manifestações da arte, uma das mais nobres expressões da cultura.

Tem-se observado, na história da civilização, a preocupação do homem com a aparência, fato que admite diferentes interpretações. Longe de se identificar apenas como expressão de vaidade, a preocupação com as questões estéticas pode ser encarada como parte de um conjunto de cuidados a serem dedicados ao próprio corpo para mantê-lo saudável.

Na verdade, a boa aparência está diretamente ligada à preservação da autoestima e da auto-confiança das pessoas, favorecendo suas relações sociais e profissionais.

Esses últimos aspectos assumiram, na atualidade, grande relevância, pois o dinamismo das mudanças observadas no comportamento humano, provocado pelo rápido desenvolvimento mundial, passou a exigir relacionamento interpessoal não só mais freqüente mas caracterizado, sobretudo, pela necessidade de apresentação pessoal mais apurada.

Nesse contexto, sobressai a importância da atividade do esteticista, cuja atuação se desenvolve com vistas a oferecer a seu cliente a possibilidade de cuidar adequadamente dos aspectos estéticos corporais que julga relevantes para seu bem-estar.

É importante mencionar-se, ainda, que a profissão de esteticista vem sendo exercida no Brasil há cerca de 30 anos, e encontra-se atualmente em fase de regulamentação, em nível federal.

Consideramos, pelas razões acima expostas, de grande mérito a iniciativa do projeto em tela de incluir o Dia do Esteticista no calendário comemorativo do Estado.

Conclusão

Diante do aduzido, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 192/95, no 1º turno, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 6 de junho de 1995.

Margo Régis, relator.

**PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI
Nº 102/95**

Comissão de Saúde e Ação Social

Relatório

Do Deputado Sebastião Helvécio, o projeto em tela objetiva declarar de utilidade pública o Hospital São Sebastião de Recreio, com sede no Município de Recreio.

Aprovado o projeto no 1º turno na forma proposta, cabe a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria no 2º turno, nos termos do art. 104, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

Renovando o posicionamento anterior desta Comissão sobre a matéria, entendemos ser pertinente declarar de utilidade pública o Hospital São Sebastião de Recreio, tendo em vista a relevância de seus trabalhos de assistência médico-hospitalar, principalmente no que diz respeito aos serviços ambulatoriais e de pronto-socorro.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 102/95 no 2º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 6 de junho de 1995.

Jorge Eduardo de Oliveira, relator.

**PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI
Nº 170/95**

Comissão de Saúde e Ação Social

Relatório

Do Deputado José Braga, o projeto de lei em exame, que pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária da Colônia Carlos Prates - ASCATE -, com sede no Município de Belo Horizonte, foi aprovado no 1º turno, na forma original.

Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria para o 2º turno, nos termos regimentais.

Fundamentação

A ASCATE é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, filantrópica, que tem por finalidade a prestação de assistência à comunidade por meio de atendimento médico-hospitalar, apoiando, ainda, o menor carente quanto às suas necessidades básicas de sobrevivência.

Não havendo dúvida quanto à relevância desse trabalho de cunho social, consideramos oportuna a declaração de utilidade pública da entidade.

Conclusão

Pelo exposto, nosso parecer é pela aprovação do Projeto de Lei nº 170/95 no 2º turno, na forma original.

Sala das Comissões, 2 de junho de 1995.

Marco Régis, relator.

**PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI
Nº 200/95**

Comissão de Saúde e Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado José Henrique, o Projeto de Lei nº 200/95 objetiva declarar de utilidade pública a Associação do Povoado de Santana, com sede no Município de Sericita.

Aprovado o projeto em 1º turno, sem emenda, cabe a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria no 2º turno, nos termos regimentais.

Fundamentação

A Associação do Povoado de Santana é de caráter filantrópico e tem por objetivo prestar assistência social aos moradores do povoado, bem como representá-los junto às autoridades municipais.

Coroando de êxito o seu trabalho, merece a entidade o título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 200/95 no 2º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 6 de junho de 1995.

Jorge Eduardo de Oliveira, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 30/5/95

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, Srs. Deputados, membros da imprensa, pessoas presentes nas galerias, ocupo esta tribuna para dizer que estou assustado com a situação do Brasil. Hoje cedo, durante a minha leitura matinal, assustei-me ao ler no "Estado de Minas", na página 4, o seguinte: "Novo imposto para consertar estradas. O Ministro dos Transportes, Odacir Klein, disse ontem que o Governo Federal está estudando a criação de um novo imposto, semelhante ao Fundo Rodoviário Nacional - FRN -, para obter recursos específicos a serem aplicados na malha rodoviária do País, atualmente numa situação caótica."

Sr. Presidente, fico indignado com esse Governo que está criando mais um imposto. O brasileiro já não consegue mais pagar impostos nesta terra. E o pior é que quem paga não está vendo nenhum tipo de melhoria. Está na hora de o Presidente da República e de o Governador do Estado darem um basta nessa situação. E agora ainda vem o Ministro criar mais um imposto. Eu pergunto: onde está aquele selinho que todos os meses, viajando ou não, o motorista precisava comprar e afixar no seu carro? Onde estão os recursos da BR-381? Providências urgentes precisam ser tomadas com relação à nossa economia. O nosso País está quebrando. Ao invés de conseguirmos mais empregos, estamos mandando funcionários embora. Os empresários não agüentam mais os impostos.

Fica aqui, Sr. Presidente, o meu pedido ao Presidente da República para que repense seus atos. Nós, brasileiros, já estamos no fundo do poço e, daqui a pouco, não haverá mais jeito de acreditar no País.

Por acreditar neste País, é que ainda tenho forças para ocupar esta tribuna e pedir providências.

Outro assunto que queria colocar é que recebi o convite da Vereadora Norma Venâncio, para ingressar no PRONA. Até tinha vontade de aceitá-lo, porque, depois que disputei uma eleição, e quando o majoritário da chapa do PMDB, Sr. José Alencar, fez uma campanha maciça, apesar de ter muito mais tempo de política que ele, e por ter tido muitos votos anulados com o nome José Alencar da Silveira, quase aceitei o convite, só para dizer pela televisão como faz o Enéas: "Meu nome é Alencar! Meu nome é Alencar! Meu nome é Alencar!" Não é José de Alencar. Por pouco, estaria ingressando no PRONA só por causa disso: não ser confundido com o Sr. José de Alencar, porque isso é uma brincadeira.

Até aqui, nesta Casa, no lançamento do "Passo a Passo", quando assustei, ainda bem que não foi José Alencar, foi Alencar da Silva. Agora, pelo amor de Deus: Alencar da Silva também não dá voto. Por favor, meu nome é Alencar! Muito obrigado.

O Deputado Geraldo Rezende - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados; na atual conjuntura política do País, com as discussões das reformas constitucionais, começa a entrar no nosso dia-a-dia uma palavra maleável e de definição consistente para o momento: flexibilização. Ela chega em um momento oportuno para definirmos a questão dos monopólios das telecomunicações e do petróleo no Brasil. Acredito nessa palavra como a única forma viável para democratizarmos essas duas áreas estratégicas do País e, também, para não ficarmos nas mãos de um grupo de ideólogos e corporativistas. Acredito que os monopólios como o da PETROBRÁS e o da TELEBRÁS são aberrações da democracia, significando a cassação do direito individual de produzir.

Deixo claro, no entanto, o meu total apoio à PETROBRÁS, flexibilizando o monopólio do petróleo de forma que o Estado passe a contratar as empresas privadas para realizar as atividades de pesquisa e comércio de lavra de petróleo e gás natural, refino de petróleo, importação e exportação de petróleo, gás e derivados, bem como o transporte marítimo de petróleo, derivados e o próprio gás natural, inclusive por meio de dutos. Da mesma forma poderemos flexibilizar o monopólio das telecomunicações - em especial, o da TELEBRÁS -, com a entrada de investimentos privados, com livre competição, nos serviços complementares, como comunicação de dados, telefonia celular, serviços de valores adicionais, entre outros. Mas é bom esclarecer a importância da manutenção estratégica da TELEBRÁS e da PETROBRÁS, como serviços essenciais de reserva e de segurança nacional.

Ao analisar a flexibilização dos monopólios, principalmente nas duas áreas que citei, em outros países, podemos perceber que o Estado exerce o monopólio de forma indireta, abrindo espaço para empresas interessadas, mas sempre com reserva no segmento. Nos países desenvolvidos, a tendência atual dos monopólios, que são poucos, consiste na sua transformação de monopólios diretos da união em monopólios indiretos.

Esse modelo funciona de várias formas. Pode ser através de concessões à iniciativa privada, de formas associativas entre Estado e iniciativa privada, mantendo a prerrogativa das decisões do Estado, ou, ainda, através da instituição de comissões de controle governamental, particularmente sobre atividades de serviços, exercidas pelo setor privado.

Temos que ficar com a atenção redobrada neste momento, em que a Nação começa a tomar novos rumos. Temos que escolher o melhor caminho. A privatização da PETROBRÁS e da TELEBRÁS poderá transformar-se em um verdadeiro caos. A flexibilização é, neste momento, a palavra de ordem. Temos que abrir novos horizontes para as empresas privadas nessas áreas, mas temos que resguardar futuros horizontes ensolarados para esses dois setores, por estratégia e, até mesmo, segurança. Uma privatização sem regras, sem a flexibilização das áreas de telecomunicações e de petróleo, poderá levar o país a uma situação perigosa, em que a sociedade e o poder público não terão nenhuma forma de controle sobre os serviços e bens essenciais. Uma outra questão relativa a privatização sem flexibilização, nessas duas áreas, diz respeito aos monopólios privados, em que serviços secundários poderão transformar-se em serviços essenciais. Para isto, temos que implantar regras rígidas, de preferência, leis antitrustes austeras.

Enquanto defendo a privatização flexibilizada da PETROBRÁS e da TELEBRÁS, defendo o monopólio da Companhia Vale do Rio Doce, uma empresa de 52 anos, que se transformou num conglomerado de sucesso e num importante instrumento de desenvolvimento nacional. Hoje, a Vale opera em 9 Estados brasileiros, diretamente ou através de suas 14 empresas controladas e 26 coligadas. Os negócios a que esse conglomerado se dedica são exploração de minério de ferro, manganês, ouro, bauxita e caulim; operação de sistemas interligados mina-ferrovia-porto, no Pará, no Maranhão, em Minas Gerais e no Espírito Santo; navegação transoceânica; atividades nas áreas de pelotização, siderurgia, ferro-ligas e alumínio; manejo de maciços florestais para produção de madeira, celulose e papel. Nesse tipo de serviço, uma atividade complementa outra, garantindo a sinergia entre os negócios do grupo. Para construir esse sistema, a Vale do Rio Doce veio firmando parcerias lucrativas de sucesso, com investidores brasileiros, japoneses, italianos, espanhóis, franceses, sul-africanos e argentinos. Um outro dado importante é que ela é a maior empresa de minério de ferro do mundo, com mais de 20% do competitivo mercado internacional desse produto. Também é a maior produtora de ouro da América Latina, com 17 toneladas por ano. No ano 2.000, nossa produção será de 32 toneladas por ano, uma das 5 cinco maiores do "ranking" mundial. Este perfil que relato, com comprovada lucratividade, tem hoje um patrimônio líquido de quase U\$10.000.000.000,00. Segundo fontes da própria companhia, a lucratividade da empresa, no ano passado, atingiu quase U\$850.000.000,00, comprovando que ela é lucrativa e tem futuro.

A mineração, por exemplo, que é o carro-chefe empresarial da Vale, teve lucro líquido de U\$650.000.000,00, em 1994, com dividendo, de ordem de R\$3,00 por ação. Uma estatal com essa saúde financeira não pode estar comprometendo o organismo econômico nacional. Além disso, o superávit de uma Estatal bem administrada em área estratégica para o Brasil, como a mineração, conjugada com transporte, navegação e investimentos em tecnologia e meio ambiente contribuem, de forma indiscutível, para o crescimento econômico do País. É visível o interesse incontido de grupos empresariais no controle acionário dessa estatal. Podemos, até mesmo, apontar alguns, como os americanos e os japoneses. Nos Estados Unidos, por exemplo, a sílica está com os dias contados. No Japão, a riqueza mineral e o espaço territorial são inexpressivos. Enquanto isso, o minério do Brasil, que é dos melhores do mundo, tem reservas, somente da Vale do Rio Doce, nos Estados de Minas Gerais e do Pará, para serem exploradas durante mais de 500 anos. Além disso, a estatal detém 20% do mercado internacional de minério de ferro.

Ao finalizar, peço aos meus pares que reflitam e engrossem as fileiras da flexibilização do monopólio do petróleo e das telecomunicações. Acredito ser esse o melhor caminho, na situação que atravessamos. Acredito que, com a flexibilização, vamos continuar com uma PETROBRÁS e uma TELEBRÁS fortes e sempre seguras, porque o Governo Federal irá continuar com parte dos serviços essenciais e, ao mesmo tempo, abrirá espaço para o progresso e o desenvolvimento, com a chegada dos grupos privados, que, certamente, irão proporcionar mais emprego para o nosso povo. Quanto à nossa Companhia Vale do Rio Doce, empresa soberana, lucrativa e geradora de desenvolvimento, peço aos nobres colegas que entrem na luta em defesa desse patrimônio nacional. Não vamos ceder aos grupos interessados. Vamos lutar pelo nosso patrimônio. A Companhia Vale do Rio Doce é do povo brasileiro, e não, de grupos neoliberais tomados pela síndrome da privatização sem limite. Muito obrigado.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, a constituição do MERCOSUL abre para o Brasil imensas potencialidades e, também, preocupações, por tratar-se de um espaço aberto para o desenvolvimento econômico de todo o Sul do continente, abrindo espaço para o desenvolvimento das

exportações brasileiras para os países do Cone Sul e, também, um espaço importante para importações brasileiras oriundas daqueles países. Abrem-se espaços com perspectivas imensuráveis de desenvolvimento econômico para o Brasil como um todo e, de forma muito especial, para Minas Gerais. Preocupa-nos, principalmente, o que diz respeito aos laticínios, pois todos sabemos que a Argentina os produz a preços muito inferiores aos praticados no Brasil, colocando no mercado brasileiro esses produtos a preços bem mais baixos do que os nossos, sendo que Minas prima pela sua grande potencialidade na pecuária leiteira. Tendo em vista essas preocupações, lembrando que os Estados do Sul do País já tomam providências nesse sentido - o Estado do Rio Grande do Sul criou a comissão especial para o acompanhamento dos problemas do MERCOSUL, o Estado de Santa Catarina criou uma Secretaria de Estado para Assuntos do MERCOSUL e uma comissão permanente na sua Assembléia para assuntos do MERCOSUL -, apresento, nesta oportunidade, nesta Casa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, requerimento para que seja formulado apelo ao Governador do Estado para que apresente projeto de lei criando a Secretaria de Estado para Relações Internacionais e Assuntos do MERCOSUL. Apresento também requerimento para que seja constituída comissão especial para proceder a estudos sobre o MERCOSUL e o seu impacto político, econômico e social em Minas Gerais. O requerimento vai embasado nos seguintes termos: (- Lê:)

"O contexto hodierno do capitalismo, marcado pela acirrada competição e concentração empresarial, tem demandado ampliação incessante dos mercados, redução de custos e observância de rigorosos padrões de qualidade. Não é possível fazer face às necessidades de atualização tecnológica e aumento da produtividade senão mediante parcerias que viabilizem elevadas inversões de capital e a execução articulada de funções e atividades, consoante as aptidões e recursos de cada parceiro.

A busca da complementaridade faz-se sentir com mais vigor no âmbito das empresas. Proliferam "joint ventures" integrando os setores financeiro, industrial e comercial. Sugerem-se cada vez mais produtos com componentes fabricados em diversas partes do mundo, de modo a aproveitarem-se racionalmente os recursos naturais e humanos de cada região. Elevam-se a cada dia as cifras do comércio exterior.

Em suma, a capacidade humana de transformar, criar e 'disponibilizar' bens e serviços, com dispêndio sempre menor de tempo e matérias-primas, atinge o paroxismo e torna-se cada vez mais verdadeira a afirmação de que o mundo é pequeno.

A reboque dos agentes econômicos do "capitalismo avançado", verifica-se, na atualidade, nítida tendência de globalização cultural e econômica, a partir da formação de blocos regionais.

Esses titãs da ordem pós-guerra fria instauram modalidade inédita de interlocução mundial, reduzindo a importância isolada dos Estados e ensejando a pronta integração dos países afins - notadamente os mais pobres.

Aliás, esses últimos, retardatários do desenvolvimento, são justamente os mais vagarosos na busca de parceiros para a adequação aos idos contemporâneos do capitalismo, que sinalizam a progressiva superação das fronteiras e a inegável mudança no conceito jurídico de soberania nacional.

No caso específico do continente americano, a revitalização democrática em países como o Brasil, a Argentina e o Chile, nos anos 80, tornou possível a intensificação das relações entre eles, dificultadas até então pelos regimes autoritários - cujos círculos de poder eram essencialmente xenófobos e beneficiários de uma economia cartorial, marcada pelo incesto entre iniciativa privada e Estado.

Embora os ressaibos da "velha ordem" ainda se façam sentir, inclusive no bojo do ordenamento constitucional, consolida-se a passos largos, no seio da sociedade civil, a compreensão de que não há razões para temer o estrangeiro, mas sim para cultivar com ele laços de cooperação e amizade. Essa verdade salta aos olhos e ganha cores mais vivas quando se trata de povos vizinhos, que passaram por processos análogos de colonização e espoliação, ostentando indicadores sócio-econômicos tão semelhantes aos nossos.

O MERCOSUL irrompe no contexto sul-americano como resultado dos esforços governamentais do Brasil e da Argentina, secundados pelo Paraguai e pelo Uruguai, no sentido de estimular o entrosamento de seus agentes econômicos, a partir da criação de condições cambiais e alfandegárias comuns.

Trata-se de organismo incipiente, embora já tenha engendrado significativa melhoria nas relações econômicas dos países membros.

Na verdade, o nome MERCOSUL não corresponde à realidade da organização, visto que, por ora, afigura-se antes como união aduaneira do que como mercado comum, pois ainda não se estipularam regras viabilizadoras do livre trânsito de pessoas, bens e capitais - como sucede na União Européia, vários passos além no processo de integração.

Mesmo enquanto união alfandegária, o MERCOSUL está longe da perfeição. Dos 9 mil produtos que compõem a pauta de comércio exterior dos países membros, uns 10% ainda se sujeitam a barreiras tarifárias nas relações recíprocas, ao passo que uns 20% sujeitam-se, nas relações comerciais com terceiros, a tarifas nacionalmente

estabelecidas e não à TEC (Tarifa Externa Comum). O prazo para a uniformidade tarifária irrestrita expira em 2006.

Para se ter uma idéia do significado do MERCOSUL no plano internacional, basta lembrar que é a 4ª maior potência econômica do mundo, atrás apenas do NAFTA, da U. E. e do Japão, respondendo por 29% da produção mundial de soja (28% das exportações de óleo de soja), 13% da produção mundial de carne bovina e 6,5% da de milho.

Tecidas as considerações devidas sobre a relevância da inserção brasileira no contexto da economia internacional por via do MERCOSUL, resta-nos desenvolver o argumento que embasa esta proposição, qual seja o de que o MERCOSUL interessa particularmente a Minas Gerais, não podendo esta Assembléia eximir-se da incumbência de conhecer seus meandros, contribuir para seu aprimoramento e sobretudo para a potencialização de seus efeitos benéficos sobre a economia mineira.

Inicialmente, é de se ressaltar que o nascimento do MERCOSUL ocorreu justamente em nosso Estado, na tão mineira quanto universal Ouro Preto (já dizia Tolstói que ser universal é cantar ao mundo as coisas de nossa aldeia). Foi aqui que ganhou personalidade jurídica o bloco econômico gerado pelo Tratado de Assunção, com a assinatura do Tratado de Ouro Preto em 16/12/94.

Por que Minas Gerais?

Numa resposta simplista, poder-se-ia dizer que por força do empenho do Presidente anfitrião, o mineiro Itamar Franco.

Todavia, Presidente algum consegue impor sua lógica à lógica dos fatos. Escolher Minas Gerais significou, na linguagem dos símbolos, a opção do Brasil como um todo pela incorporação ao MERCOSUL; o reconhecimento de que esse não é assunto apenas dos homens de perto da fronteira, gaúchos, catarinenses, paranaenses ou mesmo paulistas, mas de todos os brasileiros.

Ao lado das razões políticas e culturais que fizeram de Minas o epicentro brasileiro do MERCOSUL, afiguram-se outras, de índole econômica, para cujo exame atentamos.

Das 10 maiores empresas brasileiras exportadoras para o MERCOSUL, 4 estão localizadas no nosso Estado: Fiat Automóveis, USIMINAS, Cia. Vale do Rio Doce e SAMARCO.

O volume das exportações mineiras para o MERCOSUL superam os U\$600.000.000.000,00 por ano, cerca de 20% do total das exportações brasileiras para o bloco (U\$2.700.000.000,00).

De outro ângulo, 12% das exportações mineiras dirigem-se ao MERCOSUL. A pauta inclui material de transporte, aço, minério de ferro, café não torrado, produtos têxteis, alumínio e plástico, entre outros itens de menor destaque.

Outro termômetro indicador da importância do MERCOSUL para a economia mineira é o número de "certificados de origem" emitidos pela FIEMG. A média tem sido de 1.500 a 1.600 por mês, sendo 50% destinados aos países do MERCOSUL. Ou seja, cerca de 800 empresas têm buscado, mensalmente, preparar-se para exportar para o MERCOSUL.

Para coroar a argumentação sobre o impacto do MERCOSUL na economia mineira, acrescentamos que nosso Estado supera o Rio Grande do Sul nas transações com o bloco regional, embora em posição geográfica bem desfavorável.

Por todas as razões salientadas e tendo em vista a necessidade de conhecer e divulgar as peculiaridades do MERCOSUL, julgamos indispensável aprofundar estudo a respeito, envolvendo o Legislativo Estadual na discussão de tema tão candente para Minas Gerais".

A Deputada Maria José Haueisen* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores presentes nas galerias, estive, ontem, na cidade de Padre Paraíso, onde pude constatar a alegria da população festejando a renúncia de um Prefeito corrupto.

O Sr. Manuel Batista da Silva, mais conhecido pelo nome de Senero, voltou, depois de algum tempo, à Prefeitura de Padre Paraíso e continuou dilapidando o patrimônio público e traindo os compromissos assumidos em época de campanha.

Há muito tempo essas irregularidades de Prefeituras dos vales do Jequitinhonha e Mucuri estavam acontecendo. Já em 1991, recebemos denúncias da cidade de Padre Paraíso. Alguns cidadãos estiveram conosco, vieram ao meu gabinete trazendo notas fiscais que julgavam ser frias. Fomos apurar a natureza daquelas notas fiscais. Andamos pelos endereços que estavam estampados nas notas e nada foi encontrado. Eram, de fato, notas fiscais forjadas. Havia já, em Belo Horizonte, uma quadrilha formada, com escritório montado para fazer tomada de preços de maneira fictícia, forjar notas fiscais frias, colaborar e se aproveitar da corrupção no vale do Jequitinhonha. Em 1991 a denúncia foi apresentada ao Ministério Público, mas nada aconteceu.

Dizem, na cidade de Padre Paraíso, que não aconteceu nada porque os criminosos foram protegidos por políticos que tinham prestígio na cidade e que precisavam apoiar o Prefeito naquela época.

Constantemente, um vendedor de notas fiscais aparecia no vale do Jequitinhonha e no vale do Mucuri, exatamente nos dias em que chegava o dinheiro do Fundo de Participação, e negociava com o Prefeito. Depois da denúncia de 1991, essa coragem diminuiu um pouco, mas, como nada aconteceu, nem com o Prefeito, nem com o vendedor,

aquele senhor voltou a atuar, distribuindo a sua mercadoria.

Neste ano, novamente, alguns cidadãos de Padre Paraíso resolveram continuar a luta para barrar a corrupção. Trouxeram ao nosso gabinete notas fiscais frias. Fomos, com uma comissão de Padre Paraíso, da qual fazia parte o Presidente da Câmara Municipal, procurar a Superintendência da Polícia Federal, levando documentos, em quantidade, que mostravam, tranqüila e facilmente, que a corrupção campeava naquela cidade.

Diante da pressão do povo, os vereadores que ainda relutavam em pedir a cassação do Prefeito uniram-se àqueles que já apresentavam a denúncia e, perante a iminência de ser cassado, o Sr. Senero renunciou ao cargo, ontem, pela manhã, e, à tarde, foi empossado o novo Prefeito, Sr. Manoel Ferraz.

A situação é muito séria na região, pois há outras cidades que acompanham o mesmo esquema. Temos, por exemplo, Poté, onde há uma denúncia de corrupção. Em Teófilo Otôni, também, o Prefeito foi acusado de corrupção. A imprensa das cidades e do Estado denunciaram amplamente os fatos.

Aqui, em Belo Horizonte, uma empresa de consultoria ajudava a maquiagem as contas da Prefeitura de Teófilo Otôni, transformando as notas de compras particulares do Prefeito em despesas da Prefeitura, além de acrescentar àquelas despesas um custo especial pelos "bons serviços prestados à corrupção".

Muitas vezes, as pessoas perguntam o que poderíamos fazer, o que nos adianta denunciar. Queremos dizer que acreditamos que é preciso, que é possível mudar a situação. O exemplo nos chega de Padre Paraíso. Através da acusação dos cidadãos, do interesse da Câmara Municipal, mudou-se a situação.

Começo propondo uma reformulação total no Tribunal de Contas, órgão responsável pelo controle dos gastos públicos. Não podemos nos omitir diante do fato de que milhares de notas fiscais de empresas-fantasmas devem estar passando diariamente pelo Tribunal, sem que seja feito um controle sobre a veracidade daquelas informações. Bastaria uma troca de informações entre o Tribunal de Contas e o Sr. Secretário da Fazenda para que essas empresas-fantasmas fossem logo conhecidas.

Se houver vontade política, poderemos mudar a dinâmica do Tribunal de Contas, para que ele deixe de ser um órgão atento apenas aos aspectos formais das prestações de contas e se torne um órgão verificador de conteúdo. Parece-me que os verdadeiros termos são estes: fiscalizadora de conteúdo. Não adianta fiscalizar apenas aquilo que é formal.

Foi a partir de análise e de notas fiscais apresentadas pela Prefeitura de Padre Paraíso que pudemos constatar a irregularidade que existia, as notas frias que eram emitidas. Se essa mesma análise fosse feita em todas as contas que passam pelo Tribunal, decerto várias outras irregularidades viriam à tona.

Entretanto, verifica-se a forma e não o conteúdo. Apenas quando essa mentalidade for alterada é que teremos um efetivo controle dos gastos públicos.

Nossa primeira oportunidade será este ano, quando a Assembléia fará a indicação de um Conselheiro para o Tribunal de Contas.

A escolha deve ocorrer de forma transparente e democrática, fugindo das tradicionais indicações políticas que conduzem ao Tribunal pessoas comprometidas com este ou aquele grupo político.

Temos oportunidade de optar por um Tribunal técnico, ao contrário do atual, que, na maioria das vezes, é ineficiente. Chegamos a propor que se pensasse na possibilidade de um concurso para a indicação. Que a nomeação deixasse de ser por indicação e passasse a ser feita através de um concurso referendado pela Assembléia.

Se esta Casa tiver seriedade e ética suficientes para romper com essa tradição, iniciaremos uma nova fase no controle dos atos da administração pública. Com certeza, os lucros dessa decisão superarão várias vezes aqueles que o atual Presidente da República credita às reformas constitucionais.

O pessoal de Padre Paraíso, principalmente os cidadãos, cumpriram a sua missão. Cabe a nós Deputados dar o primeiro passo para que o Tribunal de Contas se torne um órgão técnico e deixe de ser um órgão político. Muito obrigada.

* - Sem revisão da oradora.

O Deputado Paulo Schettino - Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, imprensa, participantes das galerias, a Polícia Civil de Minas Gerais é das melhores do País. Seus integrantes têm sido exemplos vivos de dedicação, seriedade, exatidão no cumprimento do dever, dignidade profissional, e bravura, apesar de todas as dificuldades que se lhes antepõem, principalmente de natureza salarial.

Essas considerações vêm sendo expendidas há muito tempo e são tão evidentes e cediças que não carecem de justificação. Ninguém em sã consciência, possuído de um mínimo de informação e de bom senso, se atreverá a refutar essas afirmativas.

Mas não estou aqui simplesmente para repeti-las. Desejo, isso sim, por elementar dever de justiça, dizer que não se pode deixar de reconhecer que duas instituições prestadoras de relevantes serviços à comunidade mineira, extintas desde os idos de 1970, concorreram de forma inequívoca para a formação desse conceito de excelência da nossa Polícia Civil.

Refiro-me, com um sentimento mesclado de saudade e de respeito, às corporações da Guarda Civil e do Corpo de Fiscais de Trânsito, de tão caras tradições. Organizações disciplinadas, altamente preparadas para o exercitamento de seus misteres, com acendrado senso de responsabilidade, tornaram-se, mercê desses atributos, credoras da admiração e estima de seus concidadãos.

Quando desativadas, por discutível decisão do Governo Federal, tiveram seus servidores incorporados, em sua grande maioria, aos quadros da Polícia Civil, reforçando-os quantitativa e qualitativamente.

Por essas razões desejo prestar-lhes, tanto tempo decorrido, o preito de reconhecimento do Deputado, representante do povo, no início de seu primeiro mandato, mas policial de muitos anos de serviço e que, por isso mesmo, se sente habilitado a emitir essa opinião.

E, ao saudá-los, quero exaltar também suas dedicadas companheiras, essas modestas heroínas anônimas, de coração moldado por fibras especiais para torná-las fortes, que amedrontadas assistiam, ao lado de filhos menores, seus maridos saírem para o trabalho sem a segurança de que eles retornariam. Dia após dia, ano após ano. E muitas delas, efetivamente, sentiram na carne o drama da perda do companheiro na luta cruenta contra o crime, contra os criminosos, na defesa da sociedade.

Chego então ao principal motivo que me traz a esta tribuna. É que, as viúvas desses policiais, em razão de filigranas jurídicas, encontram-se, hoje, em estado de absoluta penúria, percebendo pensões irrisórias, absolutamente insuficientes para o seu sustento.

No exato instante em que o IPSEMG reajusta os valores concedidos às suas pensionistas, o órgão público estadual encarregado de pagar as viúvas dos ex-guardas civis e ex-fiscais de trânsito, ao contrário, além de deixar de provê-las dos benefícios sob sua responsabilidade integralmente, como deveria fazer, chega ao cúmulo de, em inúmeros casos, reduzi-los.

Louve-se a nova administração do IPSEMG sob a lúcida direção do Dr. José Maria Borges que, com o apoio decisivo do governo estadual, passou a exercer uma política assistencial mais justa.

Aliás, deve-se ressaltar, por ser expressão da verdade - e as pensionistas do IPSEMG podem testemunhar isso - a Vereadora Zazá Schettino empenhou-se durante anos a fio visando alcançar essa meta. Constrange-me a citação, mas impõe-se o reconhecimento a uma luta que acompanhei de perto.

No entanto, há que se criticar o órgão da administração direta do Governo Estadual que adota procedimento tão perverso e desumano em relação às outras pensionistas mencionadas.

Procurando reparar essa dolorosa injustiça, o Secretário de Segurança Pública, Delegado Santos Moreira, atendendo à bem elaborada exposição de motivos apresentada pelos dirigentes da Caixa Beneficente dos Ex-Guardas Civis e Ex-Fiscais de Trânsito, remeteu ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Dr. Eduardo Azeredo, correspondência capeando proposta de minuta de projeto de lei corrigindo o valor da pensão e revogando disposições que propiciam interpretações dúbias ou errôneas.

Este nosso pronunciamento tem por objetivo precípuo formular veemente apelo ao espírito magnânimo do eminente Governador, no sentido de acolher a sugestão do titular da Pasta de Segurança Pública e determinar aos setores competentes a adoção das providências necessárias, no menor prazo possível, à correção dos benefícios àquelas cerca de 600 viúvas profundamente prejudicadas.

Encaminhado o projeto de lei pelo Executivo a esta Casa, afirmo com toda convicção, pelo comportamento dos meus pares, a quem aprendi a respeitar, a sua tramitação será célere e nos ensinará a todos, Governo e parlamentares, cumprir o nosso dever, tendo a grata satisfação de ver, quem sabe, brotar um sorriso nessas faces maltratadas pela inclemência do tempo e pela dureza da vida, que merecem todo o nosso carinho e que se lhes faça justiça. A todas, minha comovida homenagem.

O Deputado Carlos Pimenta - Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores presentes nas galerias, de uma forma muito especial, saudamos a comitiva de Monte Azul, aqui presente nos prestigiando e assistindo a esta reunião.

Os Deputados Estaduais, por diversas vezes, fizeram pronunciamentos acerca da política econômica e tributária dos Governos Estadual e Federal.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, mesmo sabendo que as altas taxas de juros praticadas no mercado estão levando à falência grande parte dos comerciantes, produtores e empresários, insiste em mantê-las elevadas. Quem mais sofre são os micro e pequenos empresários, que, não suportando mais, exigem uma mudança imediata da atual política econômica, adotando-se juros e créditos compatíveis com a realidade brasileira. Segundo dados da Associação Mineira de Pequenas e Microempresas, dos 450 mil estabelecimentos em funcionamento no Estado, entre 60% e 80% estão inadimplentes. É necessário que os juros sejam compatíveis com a realidade econômica do País e que o Governo lance um programa de apoio que consista em facilitar a instalação de unidades

industriais, principalmente com o pensamento descentralizador, dando-se a oportunidade, ao interior do Estado, de instalá-las, gerando, assim, milhares de empregos diretos. É ainda necessária a abertura de créditos pelos Bancos oficiais, a exemplo do Banco do Nordeste, que efetivamente apóia a iniciativa privada, por meio do FNE e do PROJER, com juros acessíveis e a longo prazo. O apoio científico e tecnológico é imprescindível, principalmente para se terem, como resultado final, produtos de qualidade e competitivos.

É esse o desafio do Governo Federal, e, dentro desse prisma, não há outra alternativa para o bom andamento e o êxito a médio e longo prazos do plano de estabilização da nossa economia.

O Governo Estadual também precisa reavaliar a sua atuação, rever as leis que incentivam e facilitam a vida dos micro e pequenos empresários e dos produtores rurais, procurando uma forma de inseri-los no mercado de trabalho com resultados favoráveis e práticos. Essa preocupação deve-se ao fato de o nosso Estado prender-se aos artigos rígidos e inflexíveis da lei tributária de Minas Gerais, o que tem causado problemas sérios que não podem ser esquecidos ou menosprezados.

A política tributária do nosso Estado está levando muitos empresários em direção à informalidade. Ninguém quer saber mais de tirar notas fiscais. Por mais que o Governo faça propaganda mostrando a importância da nota fiscal, na prática está acontecendo um desinteresse, tanto por parte do comerciante como do consumidor, em se oferecer e se exigir a nota fiscal.

O nosso Estado pratica uma fiscalização e um arrocho fiscal bem superiores aos dos Estados vizinhos, o que podemos constatar pelas preferências de instalação de indústrias nos Estados de Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e outros.

O ICMS cobrado em Minas é superior ao cobrado nos Estados citados. Os incentivos fiscais e as facilidades não competem com os oferecidos pelos nossos vizinhos. Foram inúmeras as indústrias que preteriram Minas Gerais, e com isso deixamos de arrecadar e perdemos milhares de empregos diretos.

Para ilustrar o que acabamos de dizer, temos em mãos exemplar do "Jornal de Notícias", de Montes Claros, dos dias 20 e 21 de maio, em que se lê a seguinte manchete: "Empresários preferem o Nordeste a Montes Claros". Diz a matéria que uma missão de empresários do Rio Grande do Sul visitou os Distritos de Montes Claros e Bocaiúva, para verificar a possibilidade de se implantarem unidades industriais nesses municípios, mediante os incentivos da SUDENE. Os gaúchos gostaram do potencial da região, mas confessaram que existem, hoje, muitas dificuldades para investirem em Minas Gerais, e que os Estados do Nordeste são mais flexíveis nas negociações.

Está aí um exemplo típico e indiscutível do que afirmamos e uma constatação óbvia de que é necessário repensar as nossas leis e propor mudanças urgentes para que possamos voltar a ser competitivos em relação aos outros Estados brasileiros.

Dói, e como dói, constatar o interesse da classe empresarial em investir no Norte de Minas e ver todo esforço ser jogado por terra diante da rigidez de nossas leis. O investimento no setor produtivo é hoje o principal fator de desenvolvimento e crescimento de nossa região. Mesmo com a SUDENE presente no Norte de Minas, há anos não assistimos à instalação, na região, de uma grande indústria, como acontecia no passado. Ao contrário, o que se verificou em Montes Claros foi um fechamento generalizado de empresas, chegando a ser a região apelidada de "Cemitério de Indústrias". Perdemos o Frigonorte, o Passanorte, o Cortnorte, a Tok, a Sion e várias outras, que deixaram milhares de trabalhadores na rua, aumentando o número de desempregados.

Nos últimos anos, o Governador de Minas não esteve presente nas reuniões do Conselho Deliberativo da SUDENE e com isso criou-se um verdadeiro pensamento de repulsão ao nosso Estado. Enquanto víamos a presença de todos os Governadores em Recife lutando pelos seus Estados, a cadeira reservada ao Governador de Minas criava teia de aranha e era testemunha da omissão em relação a uma região pobre e desassistida.

O Governador Eduardo Azeredo vem mudar esse quadro, tanto é que compareceu nas duas vezes em que o Conselho se reuniu. Tomara que continue assim, pois S. Exa. sabe da importância de sua presença nessas reuniões deliberativas. O que falta é uma discussão em torno das nossas leis, o que terá o pronto atendimento desta Casa para que não venhamos mais a assistir a uma evasão de receitas e de empregos para outros Estados.

Agora mesmo, estamos testemunhando um trabalho sério de toda região norte-mineira, que concentra esforços para levar para Montes Claros a unidade industrial da Volkswagen. Tão logo foi anunciada a disposição dessa empresa em instalar uma fábrica no nosso Estado, solicitamos que ela procurasse conhecer Montes Claros, por diversas razões que passo a enumerar:

1ª - porque Montes Claros possui um moderno distrito industrial com toda infraestrutura e se propõe a doar toda a área para implantação do projeto principal, bem como as áreas que forem necessárias para as indústrias secundárias;

2ª - porque a cidade de Montes Claros é o segundo maior entroncamento rodoviário do

País e encontra-se próxima aos grandes centros;

3ª - por pertencer à área mineira da SUDENE, Montes Claros goza de incentivos fiscais de que nenhuma outra cidade de igual porte dispõe, o que facilita empreendimentos dessa natureza;

4ª - porque existe na cidade a Universidade Estadual e inúmeros cursos profissionalizantes, o que certamente contribuirá para o fornecimento de mão-de-obra especializada.

Baseado nesses fatos, que são inquestionáveis, o poder político da cidade se mobilizou e no último dia 25, formou-se uma comissão composta pelo Prefeito, pelo Deputado Federal Saraiva Felipe e por outras autoridades, que foram a São Paulo e expuseram a conveniência e os incentivos para que a Volkswagen optasse por Montes Claros. Os entendimentos encontram-se adiantados e, no próximo dia 5 de junho, acontecerá uma importante reunião no auditório da ACI para definir as novas estratégias de ação afim de se concretizar o empreendimento em nosso município.

Esperamos que o Sr. Governador e o Sr. Vice-Governador entendam quanto é importante a instalação dessa fábrica em Montes Claros e assumam a parcela de responsabilidade que lhes cabe. Estamos enviando ofício a todos os Deputados Federais e aos Senadores mineiros e aguardamos as manifestações de apoio a essa nossa pretensão. Da parte do Sr. Governador, queremos também ouvir resposta afirmativa porque S. Exa. sabe da importância desse empreendimento para aquela região, pois irá contribuir significativamente para alterar um pouco o seu panorama sócio-econômico.

Estaremos presentes, no dia 5 de junho, e não vamos arredar o pé dessa luta, que foi iniciada por nós e hoje tem a participação decisiva e importante de outros órgãos como a Prefeitura Municipal, na pessoa do Prefeito Luiz Tadeu Leite, da Câmara Municipal, de entidades de classe e da imprensa, liderada pelo dinâmico jornalista Elias Siufi.

Terminamos deixando claro um pensamento que julgamos ser oportuno neste momento:

Não se deve adiar mais uma mudança radical e definitiva de todo um pensamento e ação em favor da região norte-mineira. A força de que precisamos virá de um imperativo moral e das necessidades daquele povo, que sofre e não aceita mais os abusos, a mentira, a inércia de seus representantes e a mesquinhez de tantos que sempre o desrespeitaram e o enganaram, sufocando os seus sonhos e a sua esperança.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Deputado Simão Pedro Toledo* - Sr. Presidente, ouvimos o requerimento do Deputado Carlos Pimenta, solicitando a interferência do Sr. Governador, no sentido de que a nova unidade da Volkswagen se instale na cidade de Montes Claros. Respeitando amplamente o direito do nobre Deputado, peço vênias para, através de um substitutivo, que estou formalizando, tornar mais abrangente essa solicitação. Como os jornais têm noticiado, algumas cidades de Minas, inclusive da região Sul do Estado, como Pouso Alegre, Poços de Caldas, o próprio Triângulo Mineiro, e a Zona da Mata têm também postulado isso.

Quero, através desse substitutivo, pedir para que se torne mais abrangente esse requerimento, para que o Sr. Governador desenvolva esforços no sentido de que essa unidade venha realmente para Minas, porque dela precisamos, mas que focalize também outras hipóteses alternativas, como as que acabo de citar.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Péricles Ferreira* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, é natural a preocupação dos nobres Deputados que desejam canalizar a instalação da fábrica da Volkswagen para suas cidades. Entretanto, eu gostaria de fazer um apelo aos nobres pares desta Casa - porque senão, daqui a pouco, teremos 77 requerimentos, 77 pedidos solicitando a locação dessa empresa para os respectivos municípios, para os respectivos redutos eleitorais - no sentido de que abandonassem esse tipo de requerimento, uma vez que o Governador do Estado nada pode fazer, pois, nem mesmo ele sabe se aquela empresa virá para Minas Gerais, porque não existe uma decisão definitiva, ou seja, se a Volkswagen virá ou não para o nosso Estado, quanto mais uma definição do local de Minas Gerais em que ela seria instalada.

Acompanhei os debates em torno do assunto quando participei da última viagem que o Governador do Estado fez à Europa e, por meio desse contato, creio que irão pesar outros fatores na instalação dessa empresa, como a facilidade de mão-de-obra, os problemas de comunicação, estradas, etc.

Assim sendo, entendo que serão requerimentos estéreis e que irão tumultuar a vida deste parlamento, podendo até mesmo nos envergonhar, caso sejam apresentados 50, 60 ou 70 requerimentos desse tipo. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Srs. Deputados, concordamos com o substitutivo apresentado pelo Deputado Simão Pedro Toledo. Entretanto, gostaria de discordar, em parte, da argumentação do Deputado Péricles Ferreira, pois o Poder Legislativo tem o seu peso, tem a sua importância. Assim sendo, a direção de uma indústria como a Volkswagen, ao receber uma documentação oficial desta Casa,

certamente não a deixará de lado, nem a jogará no lixo. Já levantamos esse problema antes: iniciamos isso desde o mês de abril, quando tomamos conhecimento do interesse da Volkswagen em instalar uma montadora no Brasil e, para tal, o Estado de Minas Gerais estava se prontificando. O nosso Governador mostrou a importância de Minas Gerais antes mesmo dos outros Estados, quando viajou até à Alemanha. Ele está certo, está cumprindo o seu papel. Nós também tomamos suas dores e a iniciativa de mostrar o Município de Montes Claros. O nosso requerimento não é simplesmente um pedaço de papel; contém na justificação os motivos que nos levaram a fazê-lo. Não procuramos dar uma de esperto e nem passar a perna em ninguém, estamos apenas cumprindo o nosso papel, mostrando por que queremos essa indústria em Montes Claros. As outras regiões também serão beneficiadas, conforme nossas alegações. Tudo isso é consequência de um trabalho iniciado em abril. A cidade de Montes Claros, o poder político, a Prefeitura, a Câmara Municipal e a imprensa estiveram em São Paulo. Já está até mesmo marcada uma reunião muito importante para o dia 5 de junho, naquela cidade. E nós estamos apenas cumprindo o papel de oficializar esse trabalho com o apoio do Poder Legislativo do Estado de Minas Gerais. Estamos acatando as sugestões de V. Exas. e as alegações dos demais companheiros, mas queremos que fique registrado nos anais da Casa o trabalho deste Deputado e, principalmente, a trilha que vamos seguir daqui para diante, mostrando que aquela região do Norte de Minas precisa desse investimento e que a Volkswagen ganha muito ao se instalar ali. Muito obrigado.

O Deputado Anderson Adauto* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, no meu entendimento, o nobre Deputado Carlos Pimenta tem toda razão em tentar levar essa grande indústria para Montes Claros, principalmente porque depois dela outras empresas de autopeças seriam instaladas. A única coisa que gostaria de explicar aos companheiros é que, na legislatura passada, quando a General Motors anunciou a intenção de construir uma nova montagem industrial no País, nós, a Assembléia Legislativa, fomos procurados pelo Secretário de Indústria e Comércio da época e mais algumas pessoas que acompanhavam o Governo, que nos pediram que participássemos do processo, porque estava havendo uma pressão política muito grande e ele julgava conveniente que o poder político de Minas se mobilizasse e se encontrasse com a direção da General Motors. Assim foi feito.

Nesta legislatura, quando tomamos conhecimento de que a Volkswagen também pretendia criar uma nova montadora, foi então solicitada a criação de uma comissão especial, não para acompanhar a implantação de uma ou outra, mas para acompanhar a implantação de montadoras em nosso Estado. O primeiro passo que demos foi o de ajudar o Governo do Estado nesse trabalho. Então, tivemos um contato com o Secretário de Indústria e Comércio para vermos qual seria a melhor forma de ajudar, e o Secretário disse-nos que a melhor forma seria a de permanecermos quietos, sem dar publicidade ao fato, exatamente porque as negociações estavam sendo muito bem conduzidas pelo Governador e o ideal seria que a Assembléia não se movimentasse. Mas o Secretário tem conhecimento dessa comissão e sabe, principalmente, da intenção da comissão, que é a de ajudá-lo se houver algum problema de ordem política.

Faço essa exposição, caro Deputado Carlos Pimenta, elogiando a sua iniciativa, mas, por outro lado, é importante que a Casa tome conhecimento de que há uma comissão especial para cuidar desse assunto, e as próprias pessoas que estão diretamente envolvidas no trabalho de trazer essas montadoras para Minas nos pediram que ficássemos quietos. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Marcos Helênio - Sr. Presidente, quanto a esse assunto, entendemos que deve haver um debate mais profundo; a chance de sucesso dos Deputados na condução desses problemas é muito remota, mas é perfeitamente válida a iniciativa do Deputado Carlos Pimenta.

Aproveito o ensejo e, nesses 2 minutos, quero dizer que recebemos um relatório do PT de Passos, em que se afirma a importância da estadualização da Fundação de Ensino Superior, mas, ao mesmo tempo, alerta-se para a necessidade de se fazer uma auditoria para apurar denúncias de irregularidades na administração da Fundação, inclusive sobre um débito de R\$400.000,00 existente.

Informam os companheiros do PT que o conselho fiscal dos diretórios acadêmicos dos cursos de engenharia e enfermagem entraram com mandado de segurança em 17/3/95, com essa finalidade.

Esclarecem, ainda, os companheiros que no dia 25/2/95 os estudantes, professores e funcionários foram impedidos de participar de uma assembléia, em que se discutiria a aprovação das contas da Fundação de Ensino Superior de Passos, referentes ao ano de 1994.

Diante de denúncias sérias como as que acabamos de citar, estaremos propondo à Comissão de Educação que realize uma reunião nos termos do seguinte requerimento. (-Lê:)

"O Deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja

realizada reunião dessa Comissão, com a finalidade de se ouvirem representantes da UEMG, da Fundação de Ensino Superior de Passos e dos diretórios acadêmicos dos cursos de engenharia e enfermagem daquela instituição, bem como representantes de seus professores e funcionários, a fim de que sejam prestados esclarecimentos acerca de irregularidades em sua administração, especialmente relativos aos aspectos financeiros e contábeis da FESP."

É esta a nossa participação, neste momento. Muito obrigado.

42ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 31/5/95

O Deputado Bonifácio Mourão - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: embora definida pelo Governo Federal, a privatização da Cia. Vale do Rio Doce constitui polêmica a se estender ao longo de todo o ano. Alguns são favoráveis; outros, contrários; outros mais quedam-se silenciosos. Mineiro do vale do rio Doce, alinho-me aos que são contrários à privatização da Vale. Assinalo, desde logo, que sou favorável às privatizações. A experiência tem sido positiva em outros países, e, na verdade, a administração de empresas não é o objeto do Estado, mas sou favorável à privatização em tese, e não, como norma; como parte de um programa, e não, como regra de conduta.

A Cia. Vale do Rio Doce é a maior empresa mineradora do mundo e a maior exportadora do Brasil: compõe-se de 14 empresas controladas, 21 coligadas e 5 participações minoritárias. Quanto ao minério de ferro, principal negócio do grupo, ela detém 22% do mercado mundial nas mãos. Especialistas acreditam que o seu custo deve variar entre US\$14.000.000.000,00 e US\$16.000.000.000,00, embora há quem duplique esse valor. Para se ter uma idéia de seu potencial, vale lembrar que, no ano passado, bateu o recorde de produção, vendendo mais de 101 milhões de toneladas de minério e pelotas; lucro líquido de R\$645.000.000,00. A empresa possui jazidas de que poderá extrair minério por mais 350 anos ininterruptos. O grupo possui suficiente diversificação para compensar eventuais perdas em outros mercados: extrai ferro, bauxita, ouro, manganês e madeira; produz alumínio, fertilizantes, papel e celulose; atua no setor de siderurgia e na área de transportes e mineração. Como avaliar tudo isso? Como avaliar seus próprios bens materiais? E os imateriais? Sabe-se que a Vale investiu muito na tecnologia e na pesquisa. Como avaliar seu potencial adquirido em técnicos e pesquisadores?

As ferrovias Vitória-Minas e Carajás alcançam os melhores índices do País e terminam nos portos de Tubarão e de Ponta da Madeira, também entre os mais eficientes em seu setor.

Na área de racionalização de recursos humanos, para se manter competitiva, a empresa reduziu o número de funcionários: havia 23.700 em 1987; hoje, há cerca de 15.700, o que significa um corte de, aproximadamente, 34% de pessoal.

Contrário à privatização, Almir Gabriel, do PSDB, Governador do Pará, assim se manifesta: (- Lê:) "A um governo socialmente comprometido interessa que esse lucro seja socialmente apropriado. Assim, no momento em que a Vale deixe de ser um enclave, nas regiões em que atua, e contribua para o desenvolvimento regional, ela passa a ser instrumento redutor de desigualdades regionais". Contrário, também, à privatização, Vitor Buaiz, Governador do Espírito Santo, acrescenta: (- Lê:) "A CVRD não pode ser considerada como uma empresa, mas sim como um centro de decisão que desempenha um papel fundamental na indução da economia estadual, inclusive no que diz respeito à atração de investimentos estrangeiros e nacionais ... entendo que a CVRD precisa ser objeto de ampliação do seu caráter público. Isto passa, por exemplo, por uma efetiva interação com os governos estaduais e municipais e com a sociedade - tendo em vista o seu papel social, enquanto centro de decisão indutor do processo de desenvolvimento". Embora favorável à privatização, o Governador Eduardo Azeredo só a admite segundo as condições que estabelece: (- Lê:) "O produto de sua venda, a nosso juízo, não deve apenas ser aplicado na amortização de dívidas, mas em investimentos que criem empregos e promovam a justiça social. Caso contrário, o País estaria se descapitalizando para quitar débitos, correndo o risco de ficar sem patrimônio e continuar devendo".

Todos os que são ouvidos, favoráveis ou não à privatização da Cia. Vale do Rio Doce, sempre concordam em um ponto: uma empresa de seu porte e com tantas ramificações precisa distribuir os lucros, precisa ser pública nos resultados, no sentido de distribuir os dividendos sociais; é preciso que se enfatize o seu papel social, que parece estar sendo desconhecido e diminuído.

O Dr. João César Pinheiro, geólogo, recentemente, nesta Casa, afirmou que, embora a Vale do Rio Doce tenha, em sua área de abrangência, mais de 200 municípios, em Minas Gerais e no Espírito Santo, não se conhece nenhum programa de aplicação na área social que tenha sido discutido com a comunidade, com Deputados, Prefeitos e Vereadores, embora conste no estatuto social da companhia que ela se obriga a empregar 8% do lucro líquido na região em que atua.

Em recente visita à sede da CVRD, ouvi do Dr. Francisco Schettino, seu Presidente,

preocupantes informações acerca de cortes de uma série de municípios mineiros de sua área de assistência. Até 1994, a companhia, por meio de seu programa social, atendia 154 municípios mineiros. Em 1995, passou a atender apenas 48 selecionados e excluiu 106, a saber: (- Lê:) "Abre-Campo, Acaiaca, Água Boa, Alpercata, Alvarenga, Alvorada de Minas, Amparo da Serra, Barra Longa, Bom Jesus do Galho, Campanário, Caputira, Caratinga, Carmésia, Capitão Andrade, Central de Minas, Chalé, Coluna, Conceição de Ipanema, Córrego Novo, Diogo de Vasconcelos, Dionísio, Divino das Laranjeiras, Divinolândia de Minas, Dom Cavati, Dom Joaquim, Dom Silvério, Dolores de Guanhanes, Durandé, Engenheiro Caldas, Entre-Folhas, Fernandes Tourinho, Frei Gaspar, Frei Inocência, Galiléia, Guaraciaba, Inhapim, Ipanema, Itabirinha de Mantena, Itabirito, Itambacuri, Itambé do Mato Dentro, Itanhomi, Jaguaracu, Jequeri, Jampruca, Lajinha, Malacacheta, Manhuaçu, Manhumirim, Mantena, Marilac, Materlândia, Matipó, Mendes Pimentel, Mutum, Nacip Raydan, Nova Lima, Nova Módica, Passabem, Paulistas, Pedra do Anta, Pescador, Piedade de Ponta Nova, Pocrane, Ponte Nova, Raposos, Raul Soares, Rio Acima, Rio Casca, Rio Doce, Rio Vermelho, Sabinópolis, Santa Bárbara do Leste, Santa Rita de Minas, Santa Cruz do Escalvado, Santa Efigênia de Minas, Santa Margarida, Santa Maria do Suaçuí, Santa Rita do Itueto, Santana do Manhuaçu, Santo Antônio do Grama, Santo Antônio do Itambé, Santo Antônio do Rio Abaixo, São Geraldo da Piedade, São Gonçalo do Rio Abaixo, São João do Oriente, São João do Manteninha, São João do Manhuaçu, São João Evangelista, São José do Jacuri, São José do Mantimento, São Pedro do Suaçuí, São Pedro dos Ferros, São Sebastião do Maranhão, São Sebastião do Rio Preto, Senhora do Porto, Sericita, Serra Azul de Minas, Serro, Simonésia, Sobralia, Tarumirim, Teixeiras, Urucânia, Ubaporanga, Vila Matias, Virginópolis e Virgolândia". A grande maioria dos municípios cortados encontra-se localizada nas regiões Leste e Centro-Nordeste. São pobres e não têm nenhum outro programa de assistência a ampará-los. Ficaram órfãos. A alegação é a de que municípios de outros Estados, como o do Pará, precisam, também, ser assistidos. Era uma exigência dos acionistas majoritários, daí o sacrifício dos municípios mineiros. E os critérios adotados para a exclusão? São de empresa privada, e não, pública. A Vale, arbitrariamente, estipulou uma pontuação insensível. Fixou mais pontos para os municípios de onde extrai minério, por onde passa a linha, e foi diminuindo para aqueles que estão mais distantes, até excluir os que estivessem a mais de 100km. Sem nenhum outro critério, não considerou a situação socioeconômica do município que atendia, muito menos levou em conta os efeitos de um corte brusco.

A Vale não pode fugir à sua ação social. Por ser empresa pública, seu dever é maior, e mais fortes são seus elos de ligação com as comunidades carentes. Precisa, mesmo, ampliar o seu caráter público. O Governo Federal há de ter essa consciência. Há de sentir que a venda da CVRD não se resume nos dividendos que irá receber, mas no penoso ônus que irão sofrer os municípios por ela atingidos. A Vale não é mais uma empresa a se privatizar. Não pertence somente à União, nem a um Estado, nem a uma região determinada. Pertence, de fato, a Estados e municípios diferentes e faz parte do dia-a-dia deles, pelo menos, como uma esperança de atenuação de suas dificuldades. Com a privatização, esvai-se a esperança.

Não é o momento de se privatizar a CVRD, não só pelas razões apresentadas, mas, ainda, porque o processo de venda precisa ser mais bem esclarecido à população. Não é só fazer a oferta de ações. A maioria dos brasileiros desconhece completamente o patrimônio da Vale. Antes de fazer a oferta, cabe ao Governo promover os esclarecimentos; informado, o povo vai dar ao Governo a sua diretriz.

* - Publicados de acordo com os textos originais.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, pessoas presentes nas galerias, imprensa, ouvintes, voltamos à tribuna, nesta tarde, para abordar um tema ao mesmo tempo importante e delicado. Queremos falar da situação por que passa, hoje, o nosso País, em virtude dos movimentos realizados pelos trabalhadores, os quais apoiamos integralmente. Trata-se do movimento que vem sendo realizado pelos petroleiros, a exemplo dos já realizados pelos ferroviários, metroviários e eletricitários e pelos canavieiros de Passos. Os trabalhadores se mobilizam por não concordar com a política de entrega realizada neste País.

Achamos que, por se tratar de um tema extremamente delicado, há necessidade de pronunciamentos de todos que, de fato, prezam a democracia. Gostaríamos muito que a situação dos petroleiros não tivesse chegado ao ponto a que chegou. Os petroleiros estão em processo de negociação com a PETROBRÁS desde outubro, quando assinaram um acordo, que acreditavam ser sério, com o Governo Itamar Franco, com as pessoas designadas pelo Presidente para negociar. Os trabalhadores, quando se assentam à mesa de negociação com o patrão, o fazem imbuídos do espírito de confiança. Acreditam que, quando se assume um compromisso, mesmo sendo verbal, ele precisa ser cumprido; caso contrário, estabelece-se a desconfiança e, posteriormente, será difícil restabelecer a confiança e a negociação.

Negociação requer confiança, e os petroleiros confiaram na equipe do ex-Presidente Itamar Franco. E parece que é isto que o atual Presidente quer passar: que a equipe

montada por Itamar Franco era irresponsável e que ele colocou um bando de moleques para conversar com os petroleiros. Lamentamos que hoje se queira tratar dessa forma a comissão que se assentou à mesa para discutir com os petroleiros. São pessoas sérias, honradas e que têm um compromisso com a PETROBRÁS. Lamentavelmente, o Governo não quer diálogo, não quer negociação. Deseja apenas que aquilo que ele acha correto seja o pensamento estabelecido para todos os brasileiros.

Estamos impressionados. Não imaginávamos que a campanha a que assistimos em 1973 fosse se repetir. Digo isso porque me lembro bem. Na escola, fui obrigado a copiar mais de 100 vezes a música do golpe militar de 1964 e, até hoje, ainda a tenho na cabeça, por tê-la copiado tantas vezes, porque nos recusávamos a aceitar aquela idéia. E, hoje, o discurso é semelhante. É a mesma campanha: ame-o ou deixe-o. Quem discorda do Presidente da República não serve, não é brasileiro; é dinossauro, é atrasado e está prejudicando o País. Quem não concorda com a venda da Vale do Rio Doce nem com a quebra do monopólio do petróleo e das telecomunicações não serve. Não são brasileiros; são atrasados. Não querem a modernidade do País. Essa é a campanha que vem sendo formulada pela Presidência da República, para tentar criar uma unanimidade no País. E toda unanimidade é burra, é atrasada. Querem sufocar as oposições e quebrar o movimento sindical. Querem arrebentar a CUT, para que o Presidente da República possa andar por este País rodeado de ônibus pagos, com os militantes da Força Sindical batendo palmas para o Presidente e hasteando suas bandeirinhas, como vimos dias atrás em Uberaba. E, agora, acontece uma demonstração de força em Apucarana, no Paraná: saíram ônibus de São Paulo, financiados com dinheiro de empresários, para ir até lá, com faixas e bandeiras da Força Sindical, bater palmas para o Presidente Fernando Henrique. E, enquanto isso, os outros trabalhadores que desejavam se manifestar tiveram que ficar a 10km de distância do Presidente. Foi armada uma verdadeira operação de guerra, porque não se quer oposição.

Os funcionários da PETROBRÁS demonstram ao País que os trabalhadores continuam de cabeça erguida. Podem demitir que eles vão retornar. Os trabalhadores sabem que podem perder uma batalha em determinado momento, mas continuarão se levantando, como se levantaram na cidade de Passos, onde os canavieiros, por mais de 14 dias, protestaram pelo cumprimento das leis, apenas.

E, aí, perguntamos: como é a justiça deste País? Há três anos os canavieiros de Passos têm acordos que lhes concedem direitos como o da cesta básica e o de um espaço para comer. Isso porque, quando chove, os canavieiros têm que comer embaixo da chuva. E quem trabalha no canal sabe que, quando há uma queimada, eles ficam com os braços sujos, e a chuva que bate no rosto cai dentro do prato de comida, que eles são obrigados a comer mesmo assim. E a justiça fecha os olhos para isso, porque vai contra empresários, vai contra os ricos. Mas quando se trata dos trabalhadores, a justiça é ágil para puni-los e pressioná-los. Aí, ela quer funcionar imediatamente.

Queremos que haja justiça, mas que ela seja feita dos dois lados: para o trabalhador e para o patrão. É a denúncia que queríamos fazer.

O Governo diz que é preciso cumprir acordos. O Governador Eduardo Azeredo enviou a esta Casa o projeto de criação da Secretaria da Criança e do Adolescente, que votamos neste Plenário, determinando que seria criada uma comissão para tratar da questão dos menores infratores, a qual iniciaria seus trabalhos em 31/5/95. Está aqui, no art. 22, votado por esta Casa. E o que aconteceu? A Secretaria, na sua Resolução nº 1, na primeira resolução do Secretário João Pinto Ribeiro, passa por cima, rasga o projeto votado por esta Casa e não cria comissão, não resolve. A Secretaria da Justiça é que vai resolver, do jeito que eles quiserem, e não, do jeito como foi votado na lei, que deveríamos fazer respeitar.

Para concluir, Sr. Presidente, queremos dizer que podem continuar batendo no PT e na CUT, mas não vão conseguir fechar nossas portas, não vão conseguir calar a nossa voz, porque não temos medo de continuar sendo oposição neste País. Estamos sofrendo, sim; estão nos batendo, sim. Estão se aproximando os nossos encontros, e a imprensa começa a dizer que estamos divididos e que vamos acabar. Com a nossa disputa interna, que consideramos democrática e que vamos continuar fazendo, dizem que vamos exterminar o partido, como disseram a respeito do nosso 1º Congresso e do 10º Encontro, que estamos preparando agora. Mas podem ter a certeza de que nossa disputa é para podermos continuar cada vez mais firmes e fortes na luta pela democratização deste País e pelos interesses do trabalhador.

Queremos justiça, sim, mas que ela seja feita dos dois lados, e não, de um lado só. Para isso, vamos enfrentar, se necessário, o Judiciário, pois queremos que ele aja cumprindo as determinações e faça justiça de fato, e não, de um lado só. Queremos que esta Casa cumpra com seus compromissos, fazendo com que o projeto votado aqui seja respeitado, e não, jogado na lata de lixo, como foi feito na Resolução nº 1, do Secretário João Pinto Ribeiro. Muito obrigado.

O Deputado Marcelo Gonçalves - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, venho mais uma vez a esta tribuna a fim de fazer um alerta sobre a saúde no Estado de

Minas Gerais. Hoje, a manchete diz: (- Lê:)

"Santa Casa*

A Confederação Nacional da Saúde (CNS), a Federação Brasileira de Hospitais (FBH) e a Confederação das Misericórdias do Brasil (CMB) lançaram ontem uma campanha para conseguir do Governo o aumento de 45% nas tabelas remuneratórias dos 6.143 hospitais conveniados com o SUS, que recebem em torno de R\$2,04 por consulta médica e R\$3,53 a R\$6,53 pela diária hospitalar. Diária essa que inclui medicamentos, enfermagem, alimentação e que não dá para comprar sequer uma refeição. Embora o presidente da CNS, Cláudio José Allgayer, tenha ressaltado que a situação das instituições seja dramática e muitas delas correm o risco de fechar ou deixar de atender pacientes do SUS, nos próximos 30 dias, o Ministro da Saúde foi enfático, ao afirmar que dentro da condição orçamentária o reajuste é zero, enquanto não conseguir viabilizar a "contribuição sobre a movimentação financeira", como se referiu ao antigo imposto que quer ver reativado. Jatene frisou que sequer conseguiu pagar as tabelas ambulatoriais de março.

As Santas Casas de Misericórdia de todo o País vivem literalmente o drama da falta de dinheiro, com as prateleiras e armários de medicamentos e alimentos vazios, chegando a ponto de comprar produtos apenas para uso imediato, como é o caso da instituição em Belo Horizonte. Para resolver o problema da Santa Casa mineira, o Secretário de Estado da Saúde, José Rafael Guerra, informou que já tem a garantia do empenho do Governador do Estado para resolver a situação da instituição."

Não falo somente pela Santa Casa de Misericórdia mineira, mas por todos os hospitais do interior do Estado, que não vêem outra saída a não ser fecharem suas portas.

A maior agravante não é, entretanto, a questão dos honorários pagos pelo SUS, mas aliado a isso, o problema de redução do número das AIHS aparece alarmante.

O Governo Federal e o Estadual falam tanto em descentralização da saúde, quando acontece exatamente o contrário. Como exemplo, cito o caso do Hospital Municipal de Pimenta, do qual o Prefeito aumentou a capacidade física, devido ao crescimento da população. Houve, em contrapartida, a diminuição das AIHS.

Em Cordisburgo, elas eram em número de 110, diminuíram para 65, e atualmente são 31 AIHS ao mês. Não tem como sobreviver! O que é mais prejudicial à Santa Casa de Misericórdia é que toda a região metropolitana passou a utilizar os serviços de internação daquela Casa, como única alternativa. Pedro Leopoldo, Betim, Matozinhos, Vespasiano e Contagem são exemplos disso.

Ocorre isso, volto a repetir, devido à redução das AIHS, que entre os dias 15 e 20 de cada mês se esgotam, não havendo outra saída para os hospitais do interior senão encaminhar seus pacientes para Belo Horizonte, quando deveriam oferecer suas próprias soluções.

Certamente quem mais sente esse problema é a camada carente da população.

Meu pedido é que o Ministro da Saúde, Sr. Adib Jatene, e o Secretário da Saúde, Dr. José Rafael Guerra Pinto Coelho, considerem com carinho a repercussão negativa que a redução das AIHS, promovem em todo o Estado mineiro.

Temos uma bancada médica, com mais de 13 Deputados, à qual peço que se manifeste, dando seu apoio aos hospitais do interior de Minas Gerais, que abrigam um grande número de doentes carentes e que merecem a nossa atenção.

* - Publicado de acordo com o texto original.

O Deputado Marco Régis - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que nos traz hoje a esta tribuna, primeiramente, é a intenção de fazer coro com as palavras do nobre Deputado Bonifácio Mourão, que aqui esteve para protestar contra a onda privatista que assola este País e, particularmente, condenar a privatização da Cia. Vale do Rio Doce.

Nós queremos dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que parecemos, neste País, estar anestesiados, narcotizados pelos ares da onda neoliberalista e pagaremos muito caro, no futuro, pela entrega do patrimônio nacional aos grandes grupos capitalistas internacionais.

Não podemos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, fazer coro com a maioria dos irresponsáveis, que, por fisiologismo e na busca de cargos no Governo Federal, se colocam contra o patrimônio da Nação, representado pela Vale. Já houve, nesta tribuna, inúmeros defensores da sua manutenção dentro do monopólio estatal. E queremos dizer mais: a Vale do Rio Doce é uma empresa de capital misto.

Não podemos concordar com a maneira irresponsável como é tratado o assunto da Petrobrás. A dignidade deste País está sustentada em dois pilares que são a Petrobrás e a Vale do Rio Doce. Desmoronados esses dois pilares, desmoronará a dignidade do povo brasileiro, porque o Brasil não terá como se auto-sustentar economicamente. Ao contrário, o meu partido, o Partido Popular Socialista - PPS - prega a flexibilização da economia e, nela, uma liberalização da Vale e da Petrobrás.

Particularmente, consoante outros companheiros do partido, queremos registrar nesta data o nosso protesto contra esse estado de torpor nacional, esse estado de anestesia, de narcotização, que faz com que os brasileiros achem que realmente

sustentaremos nossa economia entregando o que há de mais sagrado para o povo brasileiro, a Petrobrás e a Vale do Rio Doce.

Queremos lavrar o nosso protesto e dizer o que foi dito numa das reuniões em uma de nossas comissões com o Almirante Gama e Silva. Disse-lhe que não adianta fazermos discursos nesta Assembléia, nem fazer palestra pelo Brasil afora em ambiente fechado. Temos que colocar o povo nas ruas para protestar contra a entrega do Brasil aos grandes grupos internacionais. E o Sr. Almirante disse-me para os políticos colocarem o povo nas ruas que ele colocaria os generais na frente.

Temos de colocar o povo nas ruas, porque sabemos da grande quantidade de coronéis, capitães e outros oficiais do Exército brasileiro e das Forças Armadas que tem assinado manifesto em defesa daquilo que temos de sagrado na nossa economia - a Vale e a Petrobrás.

Outro motivo de nossa presença é solidarizarmos com o companheiro Deputado Marcelo Gonçalves, que aqui veio manifestar a sua preocupação com a diminuição das guias de internação hospitalar nos diversos hospitais de Minas Gerais.

Nossa cidade, Muzambinho, através da provedoria de sua Santa Casa, trouxe-nos essa preocupação. Nosso município não é uma cidade-pólo.

Temos cidades-pólo na região, como Varginha, Poços de Caldas, Passos, Pouso Alegre e, até, Guaxupé, cidade próxima da nossa. Mas, Muzambinho também recebe pacientes de cidades próximas, como Monte Belo, Nova Resende, Juruáia e outras. Foi com grande surpresa que, há anos atrás, reduziram as quotas de Muzambinho, precisamente de sua Santa Casa de Misericórdia, de mais de 200 quotas para 127. Perguntamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, onde está a consciência dos dirigentes de saúde deste País, que querem fazer das pequenas cidades e dos médicos os testas-de-ferro dos problemas.

Muitos defendem a saúde, até demagogicamente. Venho à tribuna representando minha classe, a classe médica, tão espezinhada, maltratada, explorada e perseguida pelos órgãos formadores de opinião pública. Na verdade, a grande maioria dos médicos deste País é testa-de-ferro dos problemas de saúde. Se o paciente bate às portas do hospital, o médico é que vai atender, de graça, quando deveria ser pago pelo sistema de saúde. Se ele diz que não atende - porque, pela Constituição, não é obrigado a trabalhar de graça, uma vez que ela proíbe o trabalho gratuito - é criticado e denunciado.

Então, quero prestar aqui neste momento minha solidariedade, juntamente com o Deputado Marcelo Gonçalves, que disse que os médicos recebem em torno de R\$2,04 por consulta médica, e os hospitais recebem R\$3,53 a R\$6,53 por diária hospitalar. Vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a iniquidade que se estabeleceu na saúde do País. Não quero, com isso, criticar o atual Presidente da República. Esse é um problema que vem se somando ao longo dos anos e sacrificando os hospitais que estão em vias de fechar suas portas. Eles estão sendo levados à falência e, cada vez mais, o caos se instala na área da saúde.

Precisamos arranjar maneiras inteligentes e criativas para a área da saúde e valorizar os serviços profissionais, não só de médicos, como, também, de bioquímicos, dentistas e enfermeiros. Do contrário, chegaremos, realmente, ao ponto em que não haverá o mínimo de dignidade para o povo brasileiro. Muito obrigado.

O Deputado João Leite* - Sr. Presidente, senhores membros da Mesa, Deputados e Deputadas, demais pessoas presentes nesta reunião, fico muito feliz por poder anunciar-lhes, justamente hoje, no Dia Mundial sem Tabaco, que foi sancionado e publicado, no último dia 23, projeto de lei de minha autoria enquanto Vereador, definindo algumas importantes medidas para o combate do tabagismo no Município de Belo Horizonte e que, ainda hoje, estou entrando com um projeto no mesmo sentido, aqui na Assembléia Legislativa, com vistas a dar abrangência estadual às medidas restritivas e educativas de combate ao fumo.

Embora vários projetos nesse sentido tenham tramitado na Câmara Municipal, na Assembléia Legislativa e mesmo no Congresso Nacional - nos últimos 45 anos cerca de 200 projetos de lei antitabagismo foram apresentados no Congresso -, poucos tiveram a chance de ser aprovados, e a grande maioria encontrou barreiras intransponíveis para sua aplicação na prática. Por isso, além de proibir o fumo em determinados locais, a nova Lei nº 6.861 prevê a adoção de medidas educativas para esclarecer a população sobre os males causados pelo tabagismo, através da afixação de cartazes e da inclusão de conteúdos específicos nos currículos das escolas, e sujeita os infratores à aplicação de multas. Cabe agora a toda a população colaborar para a aplicação dessa lei, através de denúncias junto aos órgãos competentes, impelindo o Executivo a cumprir seu papel de fiscalização de forma eficiente. Com a nova lei, fica proibida a prática do tabagismo no interior de táxis e veículos a serviço do transporte coletivo urbano, em estabelecimentos públicos fechados, exceto bares, restaurantes e estabelecimentos congêneres, que deverão reservar espaço para os fumantes, em estabelecimentos públicos de ensino, em postos de serviços e abastecimento de automóveis e em elevadores.

Felizmente, também, podemos observar que o momento é novo, e a luta pela saúde e pela restrição ao fumo no Brasil tem dado passos importantes com a aprovação de relevantes projetos no Senado e em algumas das principais capitais do País, como São Paulo e Belo Horizonte. A preocupação com os efeitos maléficis do fumo para a saúde da população é antiga nos países mais avançados do mundo. Hoje, nos Estados Unidos, mais de 80% de seus Estados proibem o cigarro em edifícios públicos, escolas, hospitais, teatros, repartições e ônibus. Até mesmo Nova York, uma das cidades mais cosmopolitas do mundo, passou a obrigar, desde o último dia 10 de abril, a reserva de 15% do espaço de restaurantes e bares, com mais de 35 lugares, para fumantes, estabelecendo normas como distância mínima entre esse espaço e o de não-fumantes ou instalação de divisórias.

O tema deste ano para o Dia Mundial sem Tabaco é A Economia e o Fumo. Os motivos econômicos têm sido, durante muitos anos, os principais empecilhos à aprovação de projetos de lei antitabagistas e os responsáveis pelo pouco interesse em que as leis nesse sentido sejam aplicadas. As alegações mais comuns contra essas leis referem-se a direitos individuais feridos, prejuízos econômicos de diversos setores e atentado a princípios da legalidade e livre iniciativa. Não só as companhias de cigarro sempre exerceram uma forte pressão, por meio de lobby, sobre o Legislativo, como o próprio governo tinha suas restrições por saber que teria diminuído o valor do IPI arrecadado com a fabricação do produto. Mas o que se propõe hoje é a adoção de uma política de taxação dos produtos do tabaco, de forma que parte dessa nova arrecadação possa ser utilizada em programas governamentais para o controle do tabagismo e de atenção à saúde das vítimas do fumo. A efetividade desta estratégia já está aprovada em vários países onde pode-se observar que um aumento de 10% no preço dos derivados do tabaco chegava a provocar uma diminuição de 4% no consumo, pela população em geral, e de 10% entre os adolescentes.

O fumo, na verdade, é muito mais caro do que se pensa. Muito se tem dito sobre os males que ele causa à saúde da população mas, mesmo assim, isso parece não impedir que 3 milhões de homens e mulheres morram anualmente em decorrência do fumo, ou seja, uma morte a cada 10 segundos, segundo a Organização Mundial de Saúde. Por isso, vale sempre a pena repetir.

Um estudo realizado no Reino Unido durante 40 anos, com 345 mil médicos fumantes, divulgado em outubro de 94, revelou que metade dos indivíduos que fumavam morriam entre 35 e 69 anos de idade, de causas diretamente relacionadas ao cigarro. Hoje, já se sabe que o fumo é responsável por 30% das mortes evitáveis, por 80% dos cânceres de pulmão e pelo desencadeamento de 30% do total de cânceres. Das 4 mil substâncias que compõem o cigarro, 50 são comprovadamente agentes cancerígenos.

Sabe-se ainda que o fumo é prejudicial a quase todos os órgãos do corpo humano. No pulmão, a nicotina e outros agentes são responsáveis por inflamações crônicas dos alvéolos, o que leva a sua destruição e à perda da superfície do pulmão, o que caracteriza enfizema. Destruindo ainda as células ciliares do pulmão, essas substâncias aumentam a chance do aparecimento de asma e bronquites.

Como contém vasoconstritores, o fumo pode dificultar a nutrição dos tecidos, modificando-os biologicamente e criando um ambiente propício para o aparecimento de lesões cancerígenas, pode aumentar a pressão arterial e provocar derrames. Favorece ainda a chance de formação de plaquetas nas veias e artérias, formando coágulos, o que dificulta a circulação, podendo provocar enfarte de coronárias. Até mesmo o envelhecimento cutâneo e o aparecimento de rugas precoces são provocados pelos radicais livres liberados pela nicotina e pelo alcatrão. Não se podem ainda esquecer os efeitos malignos do fumo sobre os dentes, escurecendo-os, provocando o tártaro e o mau hálito.

Os prejuízos vão além do próprio fumante. Estudos já demonstraram que quem mora em casa de fumantes tem uma chance 30% maior de ter câncer no pulmão e 20% maior de adquirir uma doença cardiovascular. As crianças, principalmente os latentes, são uma das maiores vítimas do fumo passivo, por permanecerem por longos períodos em ambientes fechados. Sabe-se que filhos de pais fumantes sofrem maior incidência de doenças respiratórias, especialmente bronquites e pneumonia e que têm 50% maior probabilidade de terem irritação de garganta e ouvido. Filhos de gestantes fumantes têm tendência a nascer com peso e estatura inferiores aos demais, e já foi demonstrado que o fumo tem importante papel na morte súbita do recém-nascido e nas formações fetais.

Um fumante emite dois tipos de fumaça: a derivada da queima do cigarro e a expirada após cada tragada. Elas são consideradas o poluidor do ar mais constante e prejudicial à saúde que se conhece, pois as pessoas passam 80% de seu tempo em ambientes fechados. Ao fim de um dia de trabalho em ambiente poluído por fumaça de tabaco, os não-fumantes podem ter respirado até 10 cigarros. Além disso, cada 300 cigarros produzidos são responsáveis pela destruição de uma árvore, ou seja, o fumante de um maço de cigarros por dia consome uma árvore a cada 15 dias.

Em vários países comprova-se que os gastos com doenças (remédios, hospitalizações,

etc.), faltas ao trabalho e mortes precoces são maiores que a arrecadação de impostos originada da comercialização do tabaco, e quando se pensa em doença, sofrimento e morte, não se pode pensar em lucros.

Encerro aqui, pedindo o apoio de todos vocês para a divulgação das leis antitabagistas, para a fiscalização de seu cumprimento e para a orientação de crianças e adolescentes que comecem a fumar.

Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Maria José Haueisen* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, cidadãos de São Pedro de Caldas, senhoras e senhores que estão nos ouvindo nos gabinetes, primeiramente, gostaria de cumprimentar esse grupo que veio de São Pedro de Caldas e que está lutando pela emancipação de seu distrito. Creio que tudo é válido quando há um interesse comunitário.

Entretanto, o que me traz aqui, hoje, é um assunto que pode ser o caminho para a solução educacional do trabalhador rural.

Entre os vários problemas sociais deste país, o êxodo rural e os baixos índices de alfabetização da população talvez sejam os mais graves.

Várias têm sido as propostas de mudança em nosso sistema educacional, quase todas elas com a finalidade de tornar a escola mais atraente ao aluno. Porém nenhuma das propostas contempla a fixação dos nossos jovens no campo, capacitando-os para a atividade agropecuária.

No Brasil, desde 1968 existe um programa educacional alternativo que almeja esse resultado.

São as Escolas Família Agrícola, surgidas no Espírito Santo e hoje espalhadas por vários Estados brasileiros.

Em Minas Gerais essas escolas surgiram em 1984 e hoje já somam seis, que atendem cerca de 350 alunos.

As Escolas Família Agrícola de Minas localizam-se, na sua grande maioria, em áreas carentes do Estado e desenvolvem programas que capacitam os alunos para o trabalho com a terra, procurando conciliar capacitação profissional com fixação dos jovens em sua região de origem.

Normalmente os alunos passam três semanas na escola e uma semana junto com suas famílias.

Dessa forma, concilia-se a teoria da escola com a prática vivenciada no dia-a-dia do trabalho agrícola.

A clientela básica das Escolas Família Agrícola é formada por adolescentes, na sua grande maioria filhos de pequenos proprietários rurais, meeiros e assalariados.

Cada escola compreende uma pequena propriedade, geralmente doada ou cedida pela comunidade, destinada à produção e ao complemento didático.

A administração é exercida de forma colegiada pelos pais dos alunos, ex-alunos, representantes das Prefeituras, da paróquia e dos órgãos públicos que atuam na região.

A docência é exercida por uma equipe de aproximadamente cinco monitores que fornecem aos alunos conhecimentos relacionados com a produção agrícola e também as matérias curriculares normais.

São atendidos alunos de 1º e 2º graus.

Recentemente, representantes da Associação Mineira de Escolas Família Agrícola estiveram reunidos com o Secretário Adjunto da Educação, João Batista dos Mares Guia, que se mostrou bastante interessado quanto ao programa.

Entendemos ser importante que o debate sobre essa proposta educacional alternativa ganhe vulto, sobretudo no âmbito da administração pública estadual.

Para que isso aconteça, consideramos fundamental o engajamento desta Casa, onde se encontram representadas as mais diversas regiões do Estado.

Assim, propomos a formação de uma frente parlamentar em defesa das Escolas Família Agrícola, composta por todos os Deputados que, de alguma maneira, estão comprometidos com a melhoria educacional em nosso Estado.

Para dar início ao nosso trabalho preparamos um requerimento, a ser apresentado na Comissão de Educação, convidando representantes das Secretarias Estadual e Municipal da Educação, além do Presidente da Associação Mineira de Escolas Família Agrícola.

Leio para os senhores o requerimento. (- Lê:)

"Exmo. Sr. Deputado Irani Barbosa, DD. Presidente da Comissão de Educação desta Casa:

A Deputada que este subscreve requer, nos termos regimentais, que as pessoas abaixo relacionadas sejam convidadas a participar de uma reunião da Comissão de Educação, a fim de discutir propostas para o incremento de Escolas Família Agrícola no Estado: Sr. João Batista dos Mares Guia, Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Educação; Sra. Glauro Vasques, Secretária Municipal de Educação; Sr. José Maria Barbosa de Jesus, Presidente da Associação Mineira de Escolas Família Agrícola.

Sala das Comissões, junho de 1995.

Maria José Haueisen"

Acredito que o incremento das Escolas Família Agrícola resultará em grande melhoria na qualidade de ensino em áreas rurais, além de estimular o gosto pelo trato com a terra, diminuindo, assim, o grave problema do êxodo rural.

Nesta oportunidade, quero dizer aos Deputados que nos próximos dias 16 e 17 de junho, haverá, no sítio da FETAEMG, uma reunião com todos aqueles que já aceitam, apóiam e trabalham nas Escolas Família Agrícola. Vai haver uma troca de experiências. As pessoas vão sugerir o que for mais interessante para o desenvolvimento dessa escola. Os interessados poderão me procurar, porque é importante que haja o maior número possível de pessoas interessadas nessa escola, que há de contribuir para a fixação do homem no campo.

Conto com os Srs. Deputados na formação da frente parlamentar, que também estamos desejando ver na Assembléia Legislativa. Muito obrigada.

* - Sem revisão da oradora.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, este requerimento foi por nós apresentado, solicitando a emancipação do Distrito de Vista Alegre do Município de Claro dos Poções.

Reconhecemos o trabalho da comissão e louvamos o esforço e o empenho daquela gente para obter sua independência e caminhar com suas próprias pernas.

Queremos, nesta tarde, levantar uma questão que já foi levantada antes pelos Deputados Marcelo Gonçalves e Marco Régis, com relação à saúde no Estado de Minas Gerais. O problema diz respeito ao "sucateamento" da saúde em nosso Estado.

Preocupamo-nos, sobremaneira, com as declarações do Ministro da Saúde, quando ele reconhece, em público, a incompetência do Governo Federal para gerir os recursos, se é que existe uma fonte de recursos, para custear a saúde em nosso País ou em nosso Estado.

Estamos vivendo uma situação grave e vamos observar, dia após dia, o fechamento constante de hospitais. Muitos desses hospitais contam somente com os recursos do SUS para sobreviver.

Mas, em meio a essas ocorrências, gostaríamos de apresentar, nesta data, nosso cumprimento à Diretoria do Hospital Mater Dei.

Desde a sua fundação, há cerca de 15 anos, o Hospital Mater Dei tem a preocupação de oferecer ao cliente o melhor atendimento possível em todas as áreas. Trabalhando de acordo com o programa de qualidade total, o Mater Dei é um hospital geral que prima pelo avanço tecnológico e pela modernização dos equipamentos em todos os setores.

Preparado para diagnosticar e tratar casos de diversas especialidades, o Hospital tem média de internação mensal de mais de 900 pacientes, instalados nos 168 leitos, incluindo berçário e CTI. Além disso, realiza mais de 18 mil exames por mês, atendendo a pacientes particulares, conveniados e que têm planos de saúde. Só no pronto-socorro são atendidas, mensalmente, cerca de 5 mil pessoas.

Para manter o alto nível dos serviços prestados, os funcionários do Mater Dei, principalmente o corpo de enfermagem, passam por treinamentos periódicos através do Programa de Educação Continuada. A reciclagem e atualização dos profissionais da área é preocupação constante da diretoria, que mantém a agenda do centro de estudos lotada. No auditório do Mater Dei, que tem capacidade para 220 pessoas, acontece uma média de cinco simpósios nacionais e internacionais por mês.

Além disso, o Mater Dei trabalha com o sistema de corpo clínico aberto, em que os médicos são profissionais liberais sem qualquer vínculo empregatício com a instituição, situação que possibilita que o cliente seja tratado integralmente por seu especialista de confiança. A meta do Hospital é superar as expectativas dos clientes, elevando cada vez mais a qualidade dos serviços e prestando atendimento personalizado.

Entre os inúmeros serviços que o hospital oferece, queremos salientar: a unidade de prevenção, diagnóstico e tratamento das doenças da mama, que conta com mamógrafo de última geração, que permite localizar tumores não palpáveis; a unidade de reprodução humana, com fertilização "in vitro", para tratamento da infertilidade; conjugal; serviços de ultra-som, urodinâmica, raios X, tomografia computadorizada, litotripsia extracorpórea, medicina nuclear com cintilografias tridimensionais, centro de hemodinâmica, etc.

Em seu compromisso com a qualidade de vida, o Hospital Mater Dei tem ajudado a formação acadêmica e prática de vários profissionais através de estágios e residência médica. A filosofia do Hospital é a de que todos os funcionários e o corpo clínico unam suas forças no sentido de preservar e melhorar a vida humana.

Estão de parabéns o Presidente deste hospital, Dr. José Salvador Silva, o Diretor Clínico, Dr. Henrique Salvador, os funcionários, médicos e clientes.

Não podíamos deixar passar despercebida esta data, pois vemos uma iniciativa privada bem sucedida, bem fundamentada, aqui em Belo Horizonte, e, em contrapartida, infelizmente, observamos - principalmente nós que lidamos com a medicina, que somos médicos e vivemos o dia-a-dia do cliente - um verdadeiro "sucateamento" dos hospitais

públicos e dos hospitais filantrópicos do nosso Estado.

Vamos promover, Sr. Presidente, através da Comissão de Saúde e Ação Social, atendendo a solicitações do Deputado Jorge Eduardo, do Deputado Jorge Hannas e do Deputado Marco Régis, um verdadeiro debate e simpósios com todas as autoridades, vamos convidar todos os Deputados médicos. Vamos trazer, também, representantes do Ministério da Saúde e da Secretaria da Saúde para que possamos fazer um diagnóstico, um perfil do que realmente acontece em Minas Gerais. Não podemos ficar de braços cruzados, vendo o que está acontecendo. Acredito que, a prevalecer o pensamento, a prevalecer a idéia e a política do Governo Federal e até mesmo do Governo Estadual, à mercê de todos os esforços do Secretário Rafael Guerra, e de todo o seu trabalho e dinamismo, em Minas Gerais, observamos um verdadeiro crime que se comete, não contra os hospitais, mas principalmente contra o povo pobre e humilde que não pode pagar as suas consultas, que não pode ter o seu plano privado e seus convênios e que se vê obrigado a ficar dia e noite nas filas dos hospitais públicos. Está de parabéns o Deputado Marco Régis e o Deputado Marcelo Gonçalves, que abordaram o assunto. Acredito que esta Casa tem que tomar uma providência enérgica. Nós, como membros da Comissão, faremos a nossa parte e esperamos uma participação maciça dos Deputados neste simpósio, neste seminário, quando vamos, realmente, colocar de uma certa forma, sem subterfúgios, sem máscaras, o que realmente acontece na saúde pública de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Simão Pedro Toledo* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nós temos a honra de receber, nesta tarde, a visita de uma delegação de São Pedro de Caldas, que faz questão de participar dos trabalhos da Assembléia Legislativa, para acompanhar o processo de emancipação. Quero, nesta oportunidade, levar uma palavra de saudação a todos os cidadãos de São Pedro de Caldas, no Sul de Minas, que lutam para conseguir a sua emancipação. Assim como acontece na vida dos indivíduos, nas comunidades em geral há o desejo de progredir, de emancipar, de alçar seu próprio voo. E essa comunidade, constituída de pessoas honradas, dignas e trabalhadoras, nutre esse desejo, que está em vias de se concretizar. O processo está montado, devidamente analisado pela Comissão de Assuntos Municipais, que traz o requerimento até este Plenário. A comunidade preenche todos os requisitos e espera, agora, a votação que conduzirá ao plebiscito.

Quero, portanto, solicitar aos companheiros Deputados que votem favoravelmente a esse requerimento, para que São Pedro de Caldas possa, nos próximos meses, ver concretizar seu grande sonho de emancipação e, nessa luta, a comunidade tem o apoio deste modesto Deputado e dos demais Deputados votados naquele distrito e, também, no Município de Caldas, como é o caso dos Deputados Sebastião Navarro Vieira, Bilac Pinto e Jorge Eduardo de Oliveira.

Queremos, aqui, registrar nossa grande satisfação em termos, neste Plenário, essas figuras ilustres, honradas e dignas da grande região sul-mineira. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira - Sr. Presidente, Srs. Deputados, entre tantos municípios que buscam, por meio do processo legislativo, a sua emancipação, quase todos eles merecedores daquilo que buscam, nenhum é mais merecedor que o nosso Distrito de São Pedro de Caldas, que, hoje, faz-se presente, através de expressiva delegação que comparece a esta Assembléia Legislativa. São Pedro de Caldas, além de preencher todos os requisitos, busca, agora, a realização de um sonho muito antigo de se tornar independente, de ser o mais novo município de nossas Minas Gerais. São Pedro de Caldas se faz aqui presente, unida pela emancipação. A união do povo do distrito reflete-se nesta Casa. Acredito que, de tantos requerimentos que buscam a emancipação, este é o único de autoria coletiva de quatro Deputados, todos eles votados no distrito, que, de mãos dadas com o povo daquela comunidade, buscam a sua emancipação: Jorge Eduardo de Oliveira, Simão Pedro e Bilac Pinto. E ao deles soma-se o meu nome, nós todos de mãos dadas na busca da emancipação. Damos, hoje, mais um passo para a concretização de um sonho de tanto tempo. Lembro-me de Plínio Salgado que, escrevendo aos estudantes, assim se expressou: "Se és incapaz de sonhar, nasceste velho. Se sonhas, mas não lutas para tornar teu sonho realidade, és inútil. Se, porém, sonhas e lutas com todas as tuas forças para tocar a realidade com a luz de teu sonho, serás grande e tua Pátria maior em ti."

A Comissão Emancipacionista de São Pedro de Caldas torna-se maior ainda perante a sua comunidade, pelo esforço, pelo entusiasmo, pela dedicação e pela fé na emancipação do distrito, transformando um sonho de tanto tempo numa realidade de hoje.

O Deputado Bilac Pinto - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, meus conterrâneos do Sul de Minas, cidadãos de São Pedro de Caldas. Vocês, realmente - como parafraseou o Deputado Sebastião Navarro Vieira -, conseguiram realizar um sonho antigo da comunidade, um sonho antigo e legítimo que a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais permitiu aos distritos com capacidade de se emanciparem se realizasse: a oportunidade de tornarem-se municípios.

Faço um registro, Sr. Presidente, como Deputado majoritário no Município de Caldas, da destreza do Sr. Prefeito Municipal, Dr. Míltom Campos, com relação ao processo de emancipação de São Pedro de Caldas. Ainda há pouco, ele ligou-me pedindo que fosse um Deputado atuante, para que essa vontade do Município de São Pedro de Caldas se tornasse realidade. Quero deixar registrado, aqui, o empenho de meus colegas Deputados do Sul de Minas, Sebastião Navarro Vieira, Simão Pedro Toledo, Jorge Eduardo e, modestamente, o meu apoio, para que vocês, hoje, pudessem realmente ver atendido esse pedido que a Assembléia vai enviar ao TRE, a fim de que, efetivamente, possamos iniciar o processo de emancipação do Distrito de São Pedro de Caldas. É a nossa vontade, é a vontade desta Casa, e, não tenho a menor dúvida, será a vontade de vocês todos que congregam a comunidade de São Pedro de Caldas. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 6/6/95, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, a Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, e de conformidade com as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.158 e 1.166, de 1995, assinou os seguintes atos relativos a cargos do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

exonerando Maria Inês Gomes Avellar do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, com exercício no gabinete do Deputado Dimas Rodrigues;

exonerando Rony de Sousa Barbosa do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, com exercício no gabinete do Deputado Dimas Rodrigues;

exonerando Yury Bessa e Silva do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, com exercício no gabinete do Deputado Carlos Murta;

exonerando Wellington Gonçalves Magalhães do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, com exercício no gabinete do Deputado Carlos Murta;

nomeando Wellington Gonçalves Magalhães para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, com exercício no gabinete do Deputado Carlos Murta;

nomeando Yury Bessa e Silva para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, com exercício no gabinete do Deputado Carlos Murta;

nomeando Rony de Sousa Barbosa para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, com exercício no gabinete do Deputado Dimas Rodrigues;

nomeando Viviane Machado Resende para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, com exercício no gabinete do Deputado Dimas Rodrigues.

DESPACHO DA PRESIDÊNCIA SOBRE REQUERIMENTO DO SR. MARCO AURÉLIO FLORES CARONE APRESENTANDO DENÚNCIA CONTRA O GOVERNADOR DO ESTADO

Deixo de receber a denúncia, pela ausência dos requisitos legalmente estabelecidos, conforme o Parecer nº 3.237/95, da Procuradoria-Geral.

Cientifique-se o requerente.

Agostinho Patrús, Presidente.

Em 6/6/95.

EXTRATO DE CONVÊNIO

TERMOS DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E AS ENTIDADES ABAIXO DISCRIMINADAS, CUJO OBJETO É A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO PARA DESPESA DE CAPITAL

CONVÊNIO Nº 00078 - VALOR: R\$15.000,00.

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL IBERTIOGA - IBERTIOGA.

DEPUTADO: ALENCAR SILVEIRA JUNIOR.

CONVÊNIO Nº 00107 - VALOR: R\$5.000,00.

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL ESTRELA DALVA - ESTRELA DALVA.

DEPUTADO: BENE GUEDES.

CONVÊNIO N° 00108 - VALOR: R\$3.000,00.
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL PIRAPETINGA - PIRAPETINGA.
DEPUTADO: BENE GUEDES.

CONVÊNIO N° 00109 - VALOR: R\$1.500,00.
ENTIDADE: NUCLEO COMUN. AMIGOS ITAGUARA - ITAGUARA.
DEPUTADO: TARCISIO HENRIQUES.

CONVÊNIO N° 00111 - VALOR: R\$23.000,00.
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA - AGUA BOA.
DEPUTADO: DINIS PINHEIRO.

CONVÊNIO N° 00112 - VALOR: R\$3.500,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO COMUN. SENHORA PORTO - SENHORA PORTO.
DEPUTADO: JORGE HANNAS.

CONVÊNIO N° 00113 - VALOR: R\$3.000,00.
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL PEDRAS MARIA CRUZ - PEDRAS MARIA CRUZ.
DEPUTADO: CLEUBER CARNEIRO.

CONVÊNIO N° 00114 - VALOR: R\$21.600,00.
ENTIDADE: MOVIMENTO ASSISTENCIA SOCIAL - VESPASIANO - VESPASIANO.
DEPUTADO: CARLOS MURTA.

CONVÊNIO N° 00115 - VALOR: R\$1.500,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO COMUN. BREJO - BOCAIUVA.
DEPUTADO: CLEUBER CARNEIRO.

CONVÊNIO N° 00117 - VALOR: R\$14.000,00.
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL CARAI - CARAI.
DEPUTADO: KEMIL KUMAIRA.

CONVÊNIO N° 00118 - VALOR: R\$500,00.
ENTIDADE: NOPE - NUCLEO OCUPACIONAL PESSOA ESPECIAL - BELO HORIZONTE.
DEPUTADO: RONALDO VASCONCELLOS.

CONVÊNIO N° 00119 - VALOR: R\$14.000,00.
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL MACHACALIS - MACHACALIS.
DEPUTADO: KEMIL KUMAIRA.
